

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2018-2021

Junho, 2018.

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Marcelo Bezerra Crivella

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

João Mendes de Jesus

Chefia de Gabinete

Cristiane Alves

Subsecretaria de Planejamento e Gestão

Fernando David

Subsecretaria de Proteção Social Básica e Especial

Danielle Murtha

Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania

Jocimara Theodoro

Subsecretaria de Direitos Humanos

Gustavo Proença

Subsecretaria de Políticas para o Idoso

Sandra Julião

Subsecretaria de Políticas para a Mulher

Comba Porto

2

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RJ

Presidente: Devanir Correa

Vice-Presidente: Deise Pires Santana

Secretaria Executiva dos Conselhos - SMASDH

Emília Carvalho Teixeira

3

Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – 2018 - 2021

Mara Lucia Argento

Nildimar Ribeiro Teixeira

Daniely Silva de Viveiros
(Coordenação)

Sandra Helena Lima Pollo

Sandra Regina Manes Barreto

Aline Souto Maior Ferreira

Sindely Chahim de Avellar

Ana Claudia Silva Figueiredo

Alchorne

Anizete de Sousa Guimarães

Bruna Dias Alves

Conselho Municipal de Assistência Social (representação da Capemisa Social)

Débora Maria de Sena Santos

Deise Pires Santana

Deildo Jacinto dos Santos

Emilia Carvalho Teixeira

Colaboradores

Erika Oliveira dos Santos

Felipe Machado Martins

Flavio Rego Fernandes

Orlando Inácio Xavier

Glaucia Bezerra Pires

Hexcilany Santiago Santos

Assessoria

Técnica

Social

**Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAM**

–CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Herculis Pereira Toledo

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

Rosimere de Souza

CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades da Assistência Social

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

COMAD - Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro

CODIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

COMDEPI - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Idosa

AP – Área de Planejamento

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar do Município de Janeiro

BPC - Benefício de Prestação Continuada

COMDEDINE - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro

CAP – Coordenação Geral de Atenção Primária

CR – Coordenadoria Regional

CASDH – Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos

CR/1988 – Constituição da República Federativa do Brasil

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CEBAS – Certificação de Entidades de Assistência Social

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CEMASI – Centro Municipal de Assistência Social Integrada

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CIB – Comissão Intergestores Bipartite

CSAFM – Centro de Segurança Alimentar da Fazenda Modelo

CIM – Coordenadoria de Integração e Monitoramento

CT - Conselhos Tutelares

CIT - Comissão Intergestores Tripartite

CVL – Secretaria da Casa Civil

CMAS – Conselho Municipal de Assistência

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

FACO – Programa Família
Acolhedora

FEAS - Fundo Estadual Assistência
Social

FMAS - Fundo Municipal Assistência
Social

FNAS – Fundo Nacional Assistência
Social

GT – Grupo de Trabalho

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração
Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento
Social

IDHM – Índice de Desenvolvimento Social
Municipal

IDS – Índice de Desenvolvimento
Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro
Social

ISP – Instituto de Segurança
Pública

IVS – Índice de Vulnerabilidade
Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada

IPP – Instituto Pereira Passos

LA – Liberdade Assistida

LBA - Legião Brasileira de
Assistência

LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da
Educação

LDO – Lei de Diretrizes
Orçamentárias

LO – Lei Orçamentária

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência
Social

LOM – Lei Orgânica Municipal

LRF – Lei de Responsabilidade
Fiscal

PAIF – Programa de Atenção

PPA – Plano Plurianual

PSC – Prestação de Serviços
Comunitários

MDH - Ministério dos Direitos Humanos

MDS – Ministério do Desenvolvimento
Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e
Agrário

MJ – Ministério da Justiça

MP – Ministério Público

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade
Civil

NAAP – Núcleo de Audiência de
Apresentação

NSEC - Núcleo de Saúde na Escola e na
Creche

NOB – Norma Operacional
Básica

PAEFI - Programa de Proteção e Atendimento Especializado a
Indivíduos

PAIF - Programa de Atendimento Integral a
Família

PBF – Programa Bolsa Família	Nutricional
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PIB – Produto Interno Bruto	SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PIC – Programa Primeira Infância Carioca	SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
PNAS – Política Nacional de Assistência Social	SGD – Sistema de Garantia de Direitos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	SIMAS – Sistema Municipal de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica	SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência
PSE – Proteção Social Especial	SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Humanos
OMS – Organização Mundial da Saúde	SME – Secretaria Municipal de Educação
ONU – Organização das Nações Unidas	SMS – Secretaria Municipal de Saúde
OSC – Organização da Sociedade Civil	SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
RA – Região Administrativa	SUAS – Sistema Único de Assistência Social
RHC – Rede Histórica Conveniada	SUBDH – Subsecretaria de Direitos Humanos
RJ – Rio de Janeiro	SUBIPC – Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania
RMA – Registro Mensal de Atendimentos	SUBPI - Subsecretaria de Políticas para o Idoso
RMV – Renda Mensal Vitalícia	SUBPM – Subsecretaria de Políticas para a Mulher
RP – Região de Planejamento	
SAN – Segurança Alimentar e	

TJRJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

URS – Unidade de Reinserção Social

VIJ – Vara da Infância e Juventude

8

Nível de Gestão: Plena

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prefeito: Marcelo Bezerra
Crivella

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti 455, Cidade Nova – Rio de Janeiro
- CEP: 20211-110

Telefone: (21) 2976-1000

Gestão: 2017/2020

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH

Secretário: João Mendes de Jesus

Endereço: Rua Afonso Cavalcanti 455, 5o andar, Cidade Nova – Rio de Janeiro
- CEP: 20211-110

Telefone: (21) 2976-2356

9 SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO

2. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. DIRETRIZES DO PLANO

4. A PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

17

5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

6. UM PANORAMA SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

25

1.2. DIAGNÓSTICO

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

ADOLESCENTES

DE VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

7. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

47

1.4. A REDE SOCIAL

JANEIRO

51

1.5. D

COMPÕEM A REDE MUNICIPAL

BÁSICA

ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

INCLUSÃO PRODUTIVA	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES	55
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA IDOSA	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (MSE) DE LIBERDADE	55
1.5.6. PROMOÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL À MULHER	SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)	55
1.5.7. GARANTIA DE DIREITOS	PROTEÇÃO SOCIAL	56
1.6. A RELAÇÃO INTERSETORIAL COM AS POLÍTICAS SOCIAIS	1.11. TRANSFERÊNCIAS	104
.....	1.7. SMASDH E A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	57
ADMINISTRATIVA	PBF	58
CONTINUADA - BPC		
8. A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS NA SMASDH		
.....		82
9. A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE E	10. A REDE HISTÓRICA DE INSTITUIÇÕES NA ÁREA DE SERVIÇOS TÍPICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
OUTRAS AÇÕES	JANEIRO	
82	11. O ATENDIMENTO AO IDOSO	
.....	119	
PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	1.8. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	83
DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	1.8.1. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJETO IDOSOS	83
INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR	1.8.2. O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	84
1.8.3.1. PROGRAMA ACESSUAS	1.8.3. DIGNIDADE	85
EMPREENDEDORISMO	1.8.3.1. PROGRAMA ACESSUAS	86
PROGRAMAS INTERSETORIAIS E OUTRAS AÇÕES	1.8.3.2. EMPREENDEDORISMO	87
1.8.4.1. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE CARIOCA	12. ATENÇÃO À MULHER	87
1.8.4.2. PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA (PIC) E PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ	1.8.4. PROGRAMAS INTERSETORIAIS E OUTRAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ..	88
TERRITÓRIOS SOCIAIS	1.8.4.1. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE CARIOCA	88
1.8.4.4. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIARIAS DO BPC – BPC NA ESCOLA	1.8.4.2. PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA (PIC) E PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ	89
DE MÉDIA COMPLEXIDADE	1.8.4.3. TERRITÓRIOS SOCIAIS	89
1.9.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	1.8.4.4. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIARIAS DO BPC – BPC NA ESCOLA	89
.....	1.9. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	91
1.9.2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL E PROGRAMA DE APOIO E INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO DE RUA	13. GESTÃO DO TRABALHO E RECURSOS HUMANOS	129
SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CONTENDO REFERÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	14. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, MONITORAMENTO DO RIO DE JANEIRO	91
1.9.4. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO CONSTAANTE ORÇAMENTÁRIO POP	15. CONTROLE SOCIAL	141
1.9.5. ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	16. ATENÇÃO EM CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGENCIAS	145
.....	17. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	146
.....	1.9.3. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CONTENDO REFERÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	93
.....	1.9.4. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO CONSTAANTE ORÇAMENTÁRIO POP	95
.....	1.9.5. ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	95
.....	PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PI	98

2018 – 2021	representa a totalidade das ações inscritas na SMASDH	158
1.21. EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FMAS	de Ação	158

2. METAS PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2018 – 2021

da Secretaria, mas de instrumento de gestão da Política

2.1. PROGRAMAS, AÇÕES E PROJETOS LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA Apesar disso, a conc

3. MONITORAMENTO E PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PRÓXIMO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2022 – 2025

Proteção Social e da Garantia de Direitos traz a afirmação de estratégia de

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

178

gestão para esta Secretaria.

ANEXO I

O Plano Municipal de Assistência Social da cidade

2018 – 182

ANEXO II

11

2021, foi uma experiência de construção a muitas mãos

1. Introdução

momentos que constituem a Política de Assistência Social Constitui-se

Viver e trabalhar em uma Cidade Maravilhosa é por si só uma experiência complexa, e enquanto a materialização da experiência acumulada do traz o a

desafio cotidiano de desvendar o que parece óbvio. A Política de Assistência Social, após SMASDH, que tem a sua trajetória pintada em vários tor produção

consecutivos de consolidação normativa, ainda enfrenta entraves estruturais para alcançar dos atores institucionais inscritos nos territórios. A const

status de política garantidora de acessos na dura realidade em que vivem muitas famílias na respectivas grande

metrópole. A cidade vive a escassez de recursos, a crescente situação de violência e miséria que representação no GT, do IBAM, IPP, e de muitos outros

afloram e acirram as vulnerabilidades e violações. Em marca diferentes escalas de atuação, a necessidade de refletir sobre a trajetória da Política escrita ou mesmo falada.

Municipal de Apesar de não ser necessariamente uma fonte teó parâmetros

Assistência Social e sobre o caminho a seguir torna a construção do Plano Municipal de Assistência para o entendimento do contexto da cidade e da Política alcançar

Social um exercício fundamental.

Uma questão relevante a ser apontada é que os diferentes atores que a compõem, estabelecendo um a Plano representa os parâmetros

de execução da Assistência Social que, mesmo passada por temas e públicos comuns, não termos chaves das normativas.

O Grupo de Trabalho foi constituído através da Re

de disponível a partir de 25 de maio à 10 de junho de 2018

dezembro de 2017. As reuniões foram realizadas sem a participação conjunta com o documento
maneira da

coletiva tanto a estrutura quanto as informações que foram levantadas para a elaboração do plano de trabalho da rede de serviços pedagógicos.
realizada

Afinal, unir o tempo necessário e a construção do documento eletrônico na plataforma “Wufoo”
não (https://planoassistenciariodejaneiro.wufoo.com/forms/plano-assistencia-2017)

poderia deixar de representar uma contribuição de todos os atores, de uma forma mais ou
menos de forma gratuita, com assessoria realizada pelo

abrangente. As reuniões do Grupo tomaram a forma de pequenas capacitações em serviço,
onde o

alinhamento de informações e de atividades das Subsecretarias trouxe o tema da
transversalidade

e da complementariedade de ações enquanto imperativo da prática na SMASDH, campo que
ainda caracteriza as características socioterritoriais da cidade, formando o diagnóstico

merece aprimoramento, em face da incorporação das novas Subsecretarias no ano de
2017. as vulnerabilidades sociais e principais

Logo nas primeiras discussões ficou clara a intenção de tornar público o documento, e o
desenho foi levado à Mesa Diretora e Assembleia do CMAS/RJ, com a participação da SMASDH, dos seus equipamentos e equipes, para a realização da SMASDH, dos seus equipamentos e equipes, para a participação na

reunião das Comissões Locais. As Comissões, enquanto parte integrante do planejamento, tratam de
quanto

precisaríamos avançar em informações e debates. O planejamento do documento foi uma mediação entre os
discussão em explicitação

torno do Plano Plurianual e a localização da SMASDH no âmbito da Política de Assistência Social no
Social no entendimentos.

município tanto internamente quando em relação a outras estruturas e escalas, passando
tanto pela Ao fim, o documento apresenta as metas estabelecidas

própria Prefeitura quanto pelo contexto nacional. respectivos objetivos e setores responsáveis para sua execução.

Para que fosse de fato um documento público (e publicizado), foi proposto pelo GT a
realização de uma Consulta Pública, para que colaborações cidadãs no documento
pudessem ser

incorporadas. A Consulta foi divulgada na 240ª Assembleia Ordinária do CMAS/RJ, e esteve

ELABORAÇÃO DO PLANO

Deve-se apresentar o modelo de Projeto territorial em Conselho Municipal de Gestão do Espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Eles têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado com um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (2014, p. 18).

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO

1.1. Etapas de elaboração do Plano

Período para contribuições / Consulta Pública

Apresentação pública do Plano
CMAS/RJ

PRÉ-ELABORAÇÃO

Formalização do Grupo de Trabalho

Formatação e revisão final do Plano Social

Apresentação ao Conselho Municipal de Gestão do Espaço para aprovação e publicação do Plano

Reunião de apresentação do GT

PÓS ELABORAÇÃO DO PLANO

Definição de estrutura, metodologia, prazos e principais entregas
Definição de estratégias de monitoramento e avaliação e Indicativos para construção do próximo Plano

Convite a colaboradores

Definição de material de apoio

Cronograma de reuniões do GT

Desenho do diagnóstico socioterritorial

2. Objetivo do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021

Nortear e regular a Política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro, no período de 2018-2021, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2012).

3. Diretrizes do Plano

- Afiançar o caráter pedagógico na construção e implementação das propostas e ações previstas no Plano;
- Afirmar como prerrogativa a garantia de direitos e a integralidade das ações entre as proteções e políticas intersetoriais;
- Fomentar a publicização do conteúdo do Plano aos trabalhadores, instituições e usuários da Política de Assistência Social, buscando a visibilidade das ações propostas;
- Possibilitar a compreensão do Plano enquanto instrumento de gestão, participação social e controle de gestão;
- Fortalecer as estratégias de monitoramento e avaliação da execução da política pública de assistência social, do Plano, com vistas ao aprimoramento permanente das ações.

16

4. A Proteção Social no âmbito da Política de Assistência Social

No âmbito desta política estão previstos o atendimento à população em situação de vulnerabilidade, à infância e

adolescência, aos portadores de deficiência e à velhice, à população em situação de pobreza, a

A Política de Assistência Social no Brasil encontra-se assegurada na Constituição Federal de

1988 (CF/1988) como uma política pública integrada à seguridade social e inscrita na Lei Orgânica da

203 da CF/1988.

Assistência Social (LOAS), como “direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social

não contributiva, que provê os mínimos sociais [...] através de um conjunto integrado de ações de

iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Artigo 1o,

LOAS, 1993).

Até 1988, a Assistência Social era integrada à Previdência, sem que houvesse resguardo. Com a Constituição, a política seria “ajuda”, “favor” ou “caridade”. Com a Constituição Federal, portanto, a Política de Assistência Social tornou-se um direito de cada membro da organização da atuação de tal política, regida pelos princípios da descentralização e da participação social.

matricialidade sociofamiliar como eixos estruturantes do Sistema

A LOAS regula a política pública de Assistência Social como responsável pela oferta de benefícios monetários, serviços socioassistenciais, programas e projetos, regidos pelos seguintes princípios democráticos:

A proteção social no âmbito do SUAS está organizada em duas modalidades: a Proteção Social Básica e Especial. Na Proteção Social Básica (PSB), visando a evitar que um direito humano seja violado ou umas das condições de convivência econômica;

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais, sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Proteção social: visa à garantia da vida, à redução da incidência de riscos;

• Vigilância socioassistencial: objetiva analisar a situação de risco das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades e danos;

• Defesa de direitos: prima garantir o pleno acesso aos direitos sociais, a territorialização das ações

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), inaugurou um novo debate no campo da política de assistência, incorporando a proteção social como um tema central de suas ações, instituindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definindo as seguranças afiançadas, a territorialização das ações

provisões socioassistenciais.

estados,

Distrito Federal e municípios, com a participação e mobilização

A PNAS, no campo da proteção social, tem como responsabilidade ofertar as seguintes seguranças:

implantação e implementação.

Embora a gestão seja compartilhada, o estado tem

as

- **Segurança de acolhida:** provida por meio de ofertas de serviços de abordagem em territórios de incidência de situações de risco, e de rede de serviços para a acolhimento de indivíduos e famílias em albergues e abrigos. Pressupõe, ainda, condições de recepção, escuta profissional qualificada e resolutividade no atendimento.

ações dos municípios, assessorar tecnicamente na elaboração de planos de

Ação, bem como monitorar a execução de suas ações v

problemas identificados, entre outras atribuições descritas em SUAS/2012.

- **Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais:** exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório (benefícios eventuais) para as famílias, seus membros e indivíduos.

A PNAS aponta, em seu escopo, a perspectiva social

execução, trazendo o foco para identificação e atendimento

apartados do campo dos direitos sociais:

18

- **Segurança do convívio familiar:** oferta de serviços que garantam oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento.

ao agir nas capilaridades dos territórios, no campo das informações, especialmente de análise ao tornar visíveis aspectos

- **Segurança do desenvolvimento da autonomia individual:** ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e conquista

ações voltadas para a população em situação de rua, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência

de maior grau de independência pessoal.

As desigualdades sociais refletidas, sobretudo em suas partes

- **Segurança social de renda:** operada por meio de benefícios continuados.

no âmbito do planejamento e execução da política de

município como célula, localizando a descentralização política

De acordo com a NOB-SUAS/2012, o SUAS constitui-se como um modelo de gestão descentralizado e participativo, que pressupõe gestão compartilhada, cofinanciamento da política

SUAS. Por seu porte e dimensão populacional, a cidade de São Paulo é considerada metrópole.

A NOB-SUAS/2012 define como metrópoles os municípios

política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União,

Conforme apontado na PNAS, "a proteção social exige a

possível

estratégia de

do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que se sob esse

responsável por

princípio é necessário relacionar as pessoas e suas dimensão de

territórios (p. 15) Potência de acompanhamento mar

19

território expressa na PNAS está formalizada como Assistência Social

exclusão e

e como base de organização do SUAS em todo país.

No âmbito da Proteção Social, a assistência avança estabelecida

A vertente territorial expressa na PNAS exige pelas

de acessos a serviços e direitos sociais, e passa a dese

fortalecer a demanda demográfica marcada

diferentes realidades e desigualdades sociais à dinâmica territorial

vínculos e identificação de fragilidades, impulsionando u

indivíduos territorial. Nesse sentido, o

deve ser entendido como um espaço contraditório,

que requerem uma relação que vai além da promoção d

ambos os lados dialético onde se constroem e

reconstroem relações que interferem diretamente na coletividade,

em suas opções de atendimento.

considerando suas potencialidades e suas fragilidades de suas

Os profissionais, enquanto agentes diretos e per

de forma que possam interferir em

realidades.

demandas, devem ser atores fundamentais no acompanha

de trajetórias que contemplem expectativas e possibilidades

participação
As ações públicas da área de assistência social devem ser planejadas territorialmente, tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e de carecimentos (MDS, 2008, p.53)

relações institucionais tradicionais, numa prática que articula distintos agentes territoriais que profissional.

suporte às famílias e indivíduos, transformando a relação indivíduo-território em

O grande desafio da execução do SUAS nas me

de

trazendo os atores para a realidade de solidariedade

acompanhamento pautado em estratégias de Janeiro se encaixa nessa realidade, é ofertar um padrão

volume

e maior cooperação. A interrelação entre os atores

envolvidos propicia amplitude e das vulnerabilidades e violações de direitos identificados

complementaridade de olhares, que traduzem o

acompanhamento familiar enquanto metrópoles e a existência de territórios deflagrados pela

demandas Para apresentar a SMASDH no contexto da cidade e suas peculiaridades oriundas do acirramento do empobrecimento da população. Seja, antigas ou novas questões, são e características, é fundamental entendermos o desenvolvimento político e social da cidade.

demandas urgentes e desafiadoras que exigem respostas da Proteção Social, especialmente política pública de assistência social no município, concebendo-as para os serviços de média e alta complexidade. correlações de forças vivenciadas no município que tenham impacto social.

Os temas relacionados às violações de direitos, embora não sejam exclusivos da Assistência Social, estão presentes no cotidiano das intervenções realizadas nas unidades de atendimento, do Rio de Janeiro nas últimas décadas, em meio aos fatos políticos que fazem-se necessário algumas reflexões acerca do papel da política de Assistência Social nesse contexto, contribuindo para a construção da Cidade, utilizamos como referência os Planos Municipais de Assistência Social (PMAS), de 2006-2009, bem como apontando para necessidade de elaboração de diagnósticos e planos de atuação para questões complexas e específicas que exijam intervenções e olhares mais especializados e pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/RJ), por meio da referenda da implementação da política na cidade. Assim, apresentamos a seguir o panorama geral

5. A Política de Assistência Social na Cidade do Rio de Janeiro – entre fatos históricos e atuais.

políticos

21

QUADRO 1- Panorama histórico da Assistência Social da Assistência Social no município do Rio de Janeiro

ANO/DÉCADA FATO HISTÓRICO/POLÍTICO ASSISTÊNCIA SOCIAL

1960	Transferência do Distrito Federal da Cidade do Rio de Janeiro para Brasília (GO)	Operacionalização da Assistência realizada pelos Serviços Sociais Regionais, por meio de programas e projetos	22
	O Rio de Janeiro se transforma em Estado da Guanabara.		22
	Criação da Secretaria Estadual de Serviços Sociais por meio do Decreto no 535 de 10/01/1960.		soci

1970 O país vivencia os primeiros anos da ditadura
Criação do Departamento de Serviço Social da

militar, sendo que a cidade do Rio de Janeiro tem

posição estratégica no combate aos movimentos

populares de resistência, porque possui uma rede de equipamentos e órgãos militares forte,

sobretudo do Exército. Na Cidade ficaram muitos

presos políticos.

Secretaria por meio do Decreto no 4.022 de

22/07/1970. Esse Departamento é organizado em distritos (23), por Regiões Administrativas, e um (1) Centro Comunitário. A coordenação é feita por um núcleo no centro administrativo da Prefeitura.

O processo de trabalho se pauta na promoção

1975 Fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Extinção da Secretaria de Serviço Social

Rio de Janeiro.

Criação da estrutura orgânica da Prefeitura da

Cidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto lei

no 2/1975.

(10/06/1975), sendo o Departamento de Serviço

Social acoplado a estrutura da Secretaria de

Governo, depois integrado à Fundação Leão XXIII

(autarquia do governo).

humana, por meio da filantropia, e no

aprimoramento das relações sócio comunitárias.

Coordenadoria de Bem-Estar Social, vinculada ao

Gabinete do Prefeito, do qual farão parte os Serviços

Sociais Regionais (24), e três (3) divisões de

coordenação; apoio técnico, promoção comunitária

e administração.

Os projetos são voltados para ações com: creches

comunitárias, atendimento em plantão, defesa civil,

documentação, postos de emprego, situações de

ocupações irregulares, assessoria e obras sociais.

Extinção 1979 No país os movimentos sociais e populares se da Coordenadoria de Bem-Estar Social

unem às classes sindicais, e parcela da classe (SMDS). Inicialmente faziam parte da estrutura da (Decreto no 2.290 de 20/09/1979) e criação da

política num processo em defesa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

redemocratização do país, iniciando com o pleito

das eleições diretas.

Secretaria: uma Coordenadoria de Bem-Estar Social,

pele Estado (Fundo de Desenvolvimento

Desenvolvimento Social) para a Fundação (Região Lar Administrativas. As ações visavam principalmente à Escola Francisco de Paula), Assessoria Jurídica, eliminação ou redução dos "desequilíbrios sociais", o

mutirão de obras em comunidades (sobretudo de baixa renda), e os assentamentos e regularização fundiária. No mesmo ano é criado o Fundo Rio, autarquia de apoio à Secretaria no atendimento à população de rua

1986 O país vive um clima de "euforia" com as eleições
Alteração na estrutura da SMDS por meio do Decreto

23

1992 Pela CF/1988, a Assistência Social está colocada A criação das Secretarias de Meio Ambiente e no patamar de política pública formando com saúde e previdência social o tripé da Seguridade Social. Habitação transferem da SMDS a responsabilidade pelos serviços de obras de saneamento básico, reflorestamento e controle ambiental.

1993 Promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

diretas, a retomada dos direitos civis e políticos A SMDS formula a primeira proposta de política de Assistência no município.

e a expectativa da ampliação dos direitos sociais

com a elaboração de uma nova Carta Constitucional.

no 6.250 de 05/11/1986, passando a ser composta:

referenciadas as dez áreas programáticas da cidade, e os Centros Municipais de Atendimento Social Integrados para operacionalização da política por meio de projetos e programas.

Ass
Plan
Des
de
Serv
quat
serv

São

¹ Autarquia de apoio às pessoas com deficiência.

<p>1996 Extinção da Fundação Legião Brasileira de Transferência para Estados e Municípios da rede de Assistência Social (LBA). serviços de ação continuada, descentralização</p>	<p>O quadro de pessoal era formado apenas por 30 Assistentes Sociais efetivas, certo quantitativo de profissionais de nível superior (de diferentes formações), nível médio e elementar, além de programas sociais existentes (Bolsa Escola, Vale Gás, Programa do Leite, entre outros), pulverizados pelas diferentes políticas setoriais, objetivando a convergência para o Cadastro Único dos Programas Sociais (CADÚnico), o maior técnico-administrativa. programa de transferência de renda do governo Criação do Conselho Municipal de Assistência Social federal. Rede RUAS – Rede Única de Assistência Social, (CMAS/RJ) e do Fundo Municipal de Assistência composta por: idoso, PPD, e população de rua. Social da Cidade do Rio de Janeiro (FMAS). se o processo de transição das creches Descentralização dos serviços e programas da SMDS para a Secretaria Municipal de Educação (SME), criação de dez Coordenadorias Regionais (CR) e dos Centros Municipais de Atendimento Social (CEMASI).</p>
<p>2001 Na gestão Cesar Maia à frente da Prefeitura da Criação do SIMAS – Sistema Municipal de Assistência Cidade do Rio de Janeiro se implementa a lógica gerencial da matricialidade de sistemas (administração, assistência social, engenharia). Social, Lei n.o 3.343/01.</p>	<p>2004-2005 PNAS - 2004 NOB/SUAS - 2005. Mudança de nomenclatura de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) para Secretaria reestruturação da Secretaria. O município do RJ inicia o processo de adequação do Sistema Municipal de Assistência Social ao SUAS.</p>

Mun

Plano Plurianual (PPA) - 2006/09 última gestão

a Cidade do Rio de

Apresentação do PMAS 2006/09.

2006-2007

Mudanças na estrutura orçamentária da SMAS:
saída
Mudanças na estrutura orçamentária da SMAS:
saída

Janeiro.

Prazo para passagem das creches municipais da

SMAS para a SME em atendimento a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDBE).

Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais – 2009.

do Fundo Rio da FUNLAR.

Deliberação CMAS/RJ n° 293 de 28 de fevereiro de

2007 mudou a denominação da RUAS para Rede

SUAS - Rede Socioassistencial do Sistema Único de

Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro, a fim

de adequar esta rede à implementação do SUAS no

2018/2021

2010-2011 PPA – 2010/2013 – Gestão Eduardo Paes como

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Elaboração do PMAS 2010/2013.

2013 Ampliação do escopo de atuação da Secretaria -

concepção teórica e política que compreende a
multiplicidade de fatores intrínsecos ao
desenvolvimento social.

Mudança na nomenclatura da Secretaria – de

Secretaria Municipal de Assistência Social para

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A

inclusão da transversalidade dos Direitos Humanos

2014 Copa do Mundo de 2014 na cidade do Rio de

Janeiro.

Elaboração do PMAS 2014-2017. Construção e

publicação do Plano Municipal de Direitos Humanos

2016 Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de

Janeiro.

Criação da Subsecretaria de Direitos Humanos

(SUBDH).

2017

país.

Gestão do Prefeito Marcelo Crivella - PPA –

Mudança na estrutura e na nomenclatura da

Secretaria - de Secretaria Municipal de
Secretaria - de Secretaria Municipal dePlanejamento Estratégico – 2017/2020
Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de

Incorporação de duas Secretarias da Mulher e de

Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

25
25

na S

(PM

Qualidade de Vida e Envelhecimento Saudável -Fonte: MANES BARRETO, Plano Estratégico - Utilização de nova concepção e 2011.

Idoso e outros Conselhos (CODIM, CONDEPI, conceito – Emergência Social.

COMAD, CONDEDINE) e Coordenadorias da Diversidade Religiosa, da Juventude e Diversidade Sexual.

6. Um panorama sobre a Cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa, é mundialmente conhecida por suas belas praias, montanhas; pela característica acolhedora do seu povo; pelo carnaval, que atrai multidões para desfiles das escolas de samba, bailes, bandas e blocos de rua; pelo futebol de qualidade; e pela especulação imobiliária e a falta de moradias populares, pontos turísticos exuberantes como Pão de Açúcar e Cristo Redentor, este considerado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade e eleito como uma das Sete Maravilhas do Mundo.

Segundo Manes Barreto (2011), a historiografia portuguesa, do Império, e, finalmente capital da República, traçaram na cidade uma trajetória de características econômicas, políticas, culturais e sociais bem peculiares. Fatos e dados históricos, como a passagem da economia cafeeira exportadora à industrialização pesada, privilegiando o estado de São Paulo, trouxeram repercussões de impacto no padrão econômico e social. Esse movimento repercutiu tanto nas áreas rurais, que foram esvaziadas, como também nas áreas urbanas, com alterações no padrão socioeconômico. Embora tais mudanças tenham provocado uma concentração territorial e populacional no município, não foram capazes de alterar o seu estado do Rio de Janeiro já no novo milênio (2000), com de metrópole, que se consolidou no cenário nacional como importante polo turístico, cultural e comercial. Entretanto, graves distorções emergiram com a desordenada ocupação do solo urbano,

conseguido apresentar alguma oscilação com os investimentos em infraestrutura. As intervenções

urbanísticas com o advento dos grandes eventos na cidade, como a Copa do Mundo de Futebol em

2014 (evento não restrito a cidade, mas que movimentou a economia local) e os Jogos Olímpicos de

2016. Após esse período, a economia da cidade sofreu abalo na arrecadação, consequência da grave

crise econômica e financeira do Governo do estado, devido principalmente à queda dos royalties do

petróleo, em meio a denúncias sobre a corrupção na Petrobrás.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, é a segunda mais populosa cidade do Brasil e,

além disso, ainda possui outros indicadores positivos, entre as maiores redes públicas de ensino

básico da América Latina, com cerca de 1.537 unidades escolares (entre creche, pré-escola, ensino

fundamental, especial e educação de jovens e adultos) e 654.949 alunos².

Apesar de um PIB de R\$300 bilhões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2014),

a cidade traz a marca de uma profunda desigualdade social, pois convive com dilemas e contradições

históricas, evidenciados pelos contrastes socioeconômicos revelados por diferentes análises de

índices e indicadores sociais, o que aponta que a identificação dos focos de vulnerabilidade social

nos territórios e as principais áreas de concentração dos riscos e privações são fundamentais para a

execução de um planejamento condizente com a realidade. Os desafios nesse campo estão no olhar

a realidade além das aparências, identificar demandas e formular estratégias de enfrentamento e

6.1. Diagnóstico socioterritorial da cidade

cidade

Com uma área territorial de 1.204 km² e densidade cidade é

dividida em 5 Áreas Programáticas (AP), 16 Regiões de Administrativas

(RA) e um total de 162 bairros (Instituto Pereira Passos 2017).

A partir dos dados do Censo IBGE (2010) e as atuais ano de

2017, a cidade do Rio de Janeiro constitui-se numa metrópole de

6.520.266 habitantes, com PIB per capita de R\$46.461,00 Humano

Municipal (IDHM) de 0,799, conforme exposto na tabela a seguir.

² Fonte: SME, 2018, disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>.
 Acesso em 10 de março de 2018.

27

TABELA 1- Características Gerais da cidade do Rio de Janeiro

População Estimada 2017 ⁽¹⁾ 6.520.266 hab.

Densidade Demográfica ⁽²⁾ 5.249 hab./ Km²

RA com maior densidade demográfica ⁽³⁾ **(XVII - Rocinha)** 48.258 hab./Km²

RA com menor densidade demográfica ⁽³⁾ **(XVI - Guaratiba)** 809 hab./Km²

Pessoas Residentes por Sexo Masculino ⁽⁴⁾ 46,8 %

Pessoas Residentes por Sexo Feminino ⁽²⁾ 53,2 %

População por faixas de idade de 1991 e 2010 e sua variação percentual

Faixas Etárias	1991	2010	Variação %
0 - 17	1.652.109	1.504.205	-8,95 %
18 - 24	652.925	695.782	6,56 %
25 - 34	963.526	1.075.734	11,65 %
35 - 49	1.099.749	1.344.905	22,29 %
50 - 69	867.270	1.245.143	43,57 %
70 e +	245.189	454.667	85,44 %
Total	5.480.768	6.320.445	15,32 %

Fonte: IPP, Data.Rio, 2018, disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/pages/rio-em-sntese-2>, acesso em 10 de março

de 2016.

(1) - IBGE 2010 • (2) - IPP 2017 • (3) - Maior e menor Densidade Demográfica segundo a Região

Administrativa: formadas por um ou mais bairros da cidade com fins administrativos, sendo ao todo 33 unidades.

Cumpra observar que, apesar dos indicadores sociais da cidade em média,

relativamente superiores aos de outras unidades da federação, essa não é uma variação municipal,

quadro de forte desigualdade, pois segundo dados compilados pelo IBGE, reside nas

1.018 favelas da cidade, totalizando 1.434.975 habitantes sem acesso a população com acesso a infraestrutura adequada, espaços públicos e outros.

Portanto, as diversidades sociourbanas e territoriais são complexas e lógicas

de mercado em contrapartida a necessidade de políticas públicas

de inclusão social

da população, e que implicam em reafirmar os direitos de cidadania e igualitária.

Para problematizar a questão do crescimento econômico da cidade, a variável renda, comumente utilizada para medir o desenvolvimento

suficientemente ampla, principalmente em decorrência da desigualdade. Desta forma, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo PNUD, é

amplamente utilizado mundialmente, e que utiliza as variáveis renda, escolar, taxa de alfabetização e esperança de vida ao nascer, não apenas bens e

serviços públicos desigualmente distribuídos nas cidades. Social

(IDS), criado pelo economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, que revela a

componentes como saúde, educação, trabalho, rendimento e acesso a serviços

(pior) a qualidade de vida da população. Quando não existem variações municipais, isso indica que as condições socioambientais que impactam diretamente na qualidade de vida são comuns a todas as unidades da federação.

Cumpra observar que, apesar dos indicadores sociais da cidade em média, relativamente superiores aos de outras unidades da federação, essa não é uma variação municipal,

relativamente superiores aos de outras unidades da federação, essa não é uma variação municipal,

Cumpra observar que, apesar dos indicadores sociais da cidade em média,

relativamente superiores aos de outras unidades da federação, essa não é uma variação municipal,

Municipal (IDHM), que é uma metodologia que adequa indicadores sociais ao contexto brasileiro, tendo sido desenvolvido pelo IBGE

à realidade dos municípios brasileiros. Maiores detalhes sobre a abordagem IDHM podem ser encontrados em diversos relatórios emitidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo promover o

desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo. Para maiores informações, sugerimos a consulta

ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que apresenta os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de maneira

detalhada e comparada nas diferentes décadas a partir das análises do IPP, bem como dados disponibilizados em 1990.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou o quadro a seguir que demonstra a evolução do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que utiliza Censos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

(PNAD) como fontes de dados e faz uma análise comparativa e evolutiva das diferentes condições

condições

GRÁFICO 1- IDHM e seus subíndices: Cidade do Rio de Janeiro, 1990, 2000 e 2010.

Fonte: CABALLERO, 2015.

Em comparação à Região Metropolitana do estado, o IDHM da cidade do Rio de Janeiro está entre os mais altos, ao lado de Niterói, enquanto na outra extremidade, com menor IDHM estão os municípios de Itaboraí, Queimados e Japeri, que estão na parte mais periférica da Região. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano dos Municípios para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro dão conta de que a diferença entre o nível de desigualdade entre as cidades diminuiu em 2010.

30

GRÁFICO 2 - IDH-M: Cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010

Fonte: CABALLERO, 2015.

O IDHM da cidade do Rio de Janeiro é 0,799, dado de 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,845, seguida de Renda, com índice de 0,840, e de Educação, com índice de 0,719. O Rio de Janeiro ocupa a 45ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Entre microrregiões da cidade, os melhores índices estão nas regiões da Zona Sul e Tijuca,

enquanto a Maré aparece com o pior índice em todas as dimensões (Renda, Longevidade e Educação), conforme mostra a tabela a seguir.

31

TABELA 2 - IDH-M e seus subíndices: Regiões da Cidade do Rio de Janeiro, 2000 e 2010

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no

Fonte: CABALLERO, 2015.

O IPP, ao realizar o levantamento do IDS por bairro e Região Administrativa da cidade, em uma escala de 0 a 1, sendo 1 o melhor nível, aponta que a cidade apresenta um IDS médio de 0,609. A tabela abaixo apresenta os bairros com os maiores e menores IDS, associando o indicador rendimento por RP, e foi elaborada a partir da tabela completa do IPP.

4

32

TABELA 3 - IDS e seus indicadores constituintes de rendimentos, segundo RP e Bairros - Município Janeiro – 2010

Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros

Índice de Des

Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos

% dos domicílios, com rendimento domiciliar per capita at

% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários mínimos Município do Rio de Janeiro 0,609 2,270 42,163 14,277 Região d
Centro 0,600 1,689 44,069 8,351 Centro 0,643 2,657 22,456 15,446 Mangueira 0,537 0,814 73,275 1,453 **Região de Planejamento 2.1 - Zona Sul 0,722 6,033**
 0,819 11,082 5,851 76,045 Rocinha 0,533 0,800 68,292 0,316 **Região de Planejamento 2.2 - Tijuca 0,688 3,983 18,636 32,121** Maracanã 0,722 4,794 8,920 38,
 0,540 2,479 37,895 14,660 **Região de Planejamento 3.1 - Ramos 0,571 1,141 57,011 2,611** Bonsucesso 0,612 1,760 36,600 6,434 Manguinhos 0,518 0,680 78,
Planejamento 3.2 - Méier 0,622 2,115 34,644 11,477 Méier 0,687 3,606 14,922 25,847 Jacarezinho 0,534 0,685 77,701 0,264 **Região de Planejamento 3.3 - M**
42,401 5,249 Vila da Penha 0,658 2,743 20,457 15,430 Engenheiro Leal 0,563 1,118 54,454 2,386 **Região de Planejamento 3.4 - Inhaúma 0,570 1,182 54,9**
 0,627 1,948 29,067 7,082 Complexo do Alemão 0,532 0,709 75,124 0,195 **Região de Planejamento 3.5 - Penha 0,577 1,228 52,818 3,202** Penha Circular 0,60
 Vigário Geral 0,531 0,848 66,764 1,070 **Região de Planejamento 3.6 - Pavuna 0,562 1,060 59,127 1,868** Parque Anchieta 0,589 1,384 48,390 3,373 Acari 0,52
Região de Planejamento 3.7 -
0,627 2,291 35,369 13,115
 Jardim Guanabara 0,720 4,527 10,186 35,850 Cidade Universitária 0,563 1,512 40,284 3,791 **Região de Planejamento 4.1 - Jacarepaguá 0,597 2,008 39,4**
 0,640 3,284 24,346 24,291 Cidade de Deus 0,559 0,896 64,026 0,843 **Região de Planejamento 4.2 - Barra da Tijuca 0,676 5,609 23,163 42,962** Barra da Tiju
 64,452 Vargem Grande 0,453 1,601 53,412 8,369 **Região de Planejamento 5.1 - Bangu 0,572 1,204 54,814 2,832** Campo dos Afonsos 0,701 3,332 5,067 2
 1,022 62,752 1,342 **Região de Planejamento 5.2 - Campo Grande 0,562 1,252 54,127 3,408** Campo Grande 0,572 1,447 48,119 4,698 Cosmos 0,542 0,880 66,
Planejamento 5.3 - Santa Cruz 0,528 0,871 67,677 1,344 Paciência 0,536 0,847 67,655 0,917 Sepetiba 0,517 0,882 67,173 1,838 **Região de Planejamento 5**
0,945 65,721 1,734 Pedra de Guaratiba 0,559 1,464 45,740 4,653 Guaratiba 0,487 0,887 68,148 1,385

Fonte: IPP, 2018.

33

GRÁFICO 3 – Bairros com maiores e menores IDS no município do Rio de Janeiro

Fonte: IPP, 2018.

Em relação à extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com base no Censo 2010 do IBGE, estimou que 178.815 pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00³. Isto significa que 2,8% da população municipal vivia nesta situação. Apesar da cidade estar caracterizada em seu Plano Diretor enquanto urbana, é possível identificar áreas com características rurais na cidade, sobretudo na Zona Oeste, onde estes índices tendem a piorar. O Censo também revelou que no município havia 15.079 crianças em situação de extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos, e 7.576 na faixa entre os 4 e 5 anos de idade. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 40.205 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 10.473 jovens nessa situação. Foram registradas 28.312 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza.

³ Atualmente o valor equivale a R\$ 85,00 per capita.

GRÁFICO 4 – Distribuição percentual da população extremamente pobre, por faixa etária, no município do Rio de Janeiro.

Fonte: MDS, 2018.

0,
1
473

Ainda de acordo com a publicação "Relatório de Programas e Ações" do MDS (2018),
com

8,
4
378

relação ao gênero, do total de extremamente pobres no município, 97.368 são mulheres
(54,5%) e

35

81.447 são homens (45,5%).

No que se refere à cor e raça, segundo dados do Censo IBGE 2010, do total da
população em

extrema pobreza do município, 59.512 (33,3%) se classificaram como brancos⁸ e 117.277
(65,6%)

8,
312

como negros. Dentre estes últimos, 31.039 (17,4%) se declararam pretos⁴ e 86.238 (48,2%)
pardos.

Outras 1.843 pessoas (1,0%) se declararam amarelos ou indígenas. Em relação à cor e raça,
ao

analisar pessoas inscritas no CadÚnico, a maioria de pessoas é de negros e pardos, com
rendimento

de até um salário mínimo, conforme tabela a
seguir.

0^A
3
AN
OS

⁴ De acordo com Osório (2003), o IBGE utiliza "preto" como classificação de cor ou raça nas
pesquisas de censo demográfico desde 1872, conforme Nota Técnica o "Histórico da investigação
sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE". Para formar a classificação de "negros", é
soma a população preta à população parda.

5,
1
079

6^A
10
AN

7,⁵
76

OS
6^A
0,
40
205
AN

1⁵
a
17
AN
OS
1⁵
a
17
AN
OS
1⁵
a
17
AN
OS

1⁸
a
39
AN
OS
1⁸
a
39
AN
OS
1⁸
a
39
AN
OS
1⁸

a
39
AN
OS

4⁰
a
59
ano
s
4⁰
a
59
ano
s
4⁰
a
59
ano
s
4⁰
a
59
ano
s

6⁰
ano
s

ou
mai
s
ano
s
0
6
ano
s
ou
mai
s
ano
s
0
6
ano
s
ou
mai
s
ano
s
0
6
ano
s
ou
mai
s
ano
s
0
6
ano

TABELA 4 - Pessoas inscritas no CadÚnico por cor/raça e classe de renda total da família, no município de São Paulo, Janeiro, 2017.

Pretos e Pardos Brancos Outros
até 1 SM

Acima Entre 1
entre 2
Acima
de 3 e 2 SM
e 3 SM
de 3 SM Total
SM Total

780 177 121 480 22 120 9 259 **933 036** 324 134 59 850 13 162 7 665 **404 811** 5 907 849 145 58 **6 959**

Fonte: IPP, 2018.

O dado acima apresentado aponta para uma questão a ser discutida e incorporada nas políticas sociais, que são os reconhecidos índices de exclusão e diferença de acesso aos direitos da

população negra, resultado da histórica desigualdade no país. Dados da pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016) desde o ano de 2004, indicam ainda o aumento dos lares chefiados por mulheres, que em 2015 atingiu a marca de 40% dos domicílios no país. As desigualdades de gênero e raça apontam para uma maior vulnerabilidade social, sobretudo na conjugação dos dois indicadores. Observa-se ainda a perpetuação da desigualdade de acesso a bens e serviços públicos a esta parcela da população. A inserção na escola é obrigatória – e essencial - para crianças e adolescentes, e, no caso de adultos, a alfabetização ou o aumento de escolaridade é ferramenta fundamental no fortalecimento de autonomia e deve ser estimulada como parte do processo de preparação para inclusão produtiva. O Censo IBGE 2010 revelou que 10.412 crianças de 0 a 3 anos em situação de extrema pobreza não frequentavam creche, o que representa 69,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 1.627 crianças fora da escola (21,5% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 3.332 (8,3%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 2.526 estavam fora da escola (24,1% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

até 1 SM

Entre 1 e 2 SM

entre 2 e 3 SM

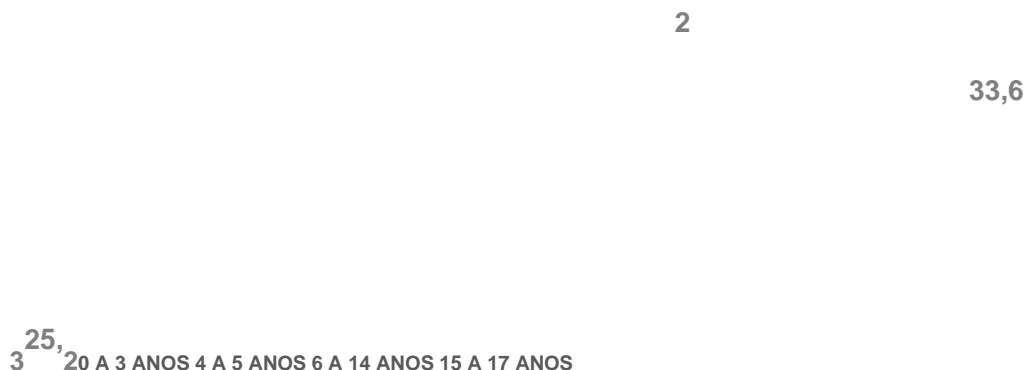
Acima de 3 SM Total

até 1 SM

entre 2 e 3 SM

36

GRÁFICO 5 – Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche, por faixa etária, cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: MDS, 2018.

A alfabetização constitui-se num grande desafio para a Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, tendo em vista que ao final do 3o ano do Ensino Fundamental, 30,3% de alunos possuem níveis de leitura abaixo do adequado para essa etapa de escolarização, o que aponta para a questão da defasagem escolar enquanto vulnerabilidade social, identificada também entre os grupos de acompanhamento nas Proteções Sociais. Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 11.693 não sabiam ler ou escrever, o que representa 10,4% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 7.327 eram chefes de domicílio (MDS, 2018).

A saúde tem estreita relação com as condições de vida, trabalho e ambiente, incluindo acesso a bens e serviços de promoção da saúde e de prevenção de doenças. Apesar dos inúmeros avanços, o município possui mais de 1000 favelas em condições inadequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e drenagem pluvial.

Quanto à mortalidade infantil, desde a década de 80 observou-se uma estabilidade na taxa de 15 para cada 1000 nascidos vivos. A estabilidade foi verificada tanto na taxa global quanto em relação aos seus componentes neonatal (até 28 dias de vida) e pós-neonatal (acima de 28 dias até 11 meses e 29 dias de vida). Contudo, em 2014 a taxa de mortalidade infantil atingiu seu menor nível na série histórica, com 11,3/1.000 nascidos vivos, aumentando em 2015 a taxa para 12,04/1.000.

1^{0,412}

1^{,627}

De acordo com o Atlas Brasil⁵, no município do Rio de Janeiro, posição 417 de 570 de entre as cidades nascido no Brasil.

Em 2010, cresceu 5,4 anos na última década, passando de 70,3 anos em 2000, para 75,7 anos, qual gerou o fechamento de número de vagas de emprego, inclusive no ano de 2010, de 68,6 de anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. Com relação a criação de 3,4 mil vagas são fechadas na cidade⁷.

e o número de nonagenários deverá chegar a 145 mil em 2065. Desse total, a maioria não tem emprego, o problema de profissional continua latente, principalmente entre os jovens de Copacabana, dois terços dos habitantes terão mais de 60 anos, enquanto apenas 4,1% serão crianças e adolescentes. E que, atualmente, o maior número de crianças da cidade está concentrado no Méier (85,3 por mil habitantes), seguido de Jacarepaguá (84,1 por mil habitantes), Campo Grande (72,1 por mil habitantes), Botafogo (66,7 por mil habitantes) e Maracanã (64 por mil habitantes).

Quando se trata das condições de saúde da população, podemos destacar a transição demográfica, a crescente tendência de envelhecimento da população, a taxa de fecundidade e de mortalidade infantil.

Segundo a PNAD Contínua Trimestral (RUEDIGER, 2016), o número de desempregados na cidade alcançou a marca de 345 mil no último trimestre de 2016, com projeção de diminuição de empregos formais. Dados do IBGE⁶ indicam que em 2015 o salário médio mensal era de 4,3 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 43,1% entre 15 e 29 anos. Ao considerar domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a cidade tinha 31.4% da população nessas condições, o que a colocava na posição 82 de 92 dentre as cidades.

⁵ Ver http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-de-janeiro

⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

de Janeiro (PE) – 2017/2020. ⁸ O Estatuto da Juventude - L

entre 15 e 29 anos, o que representa 38% da população jovem, as pessoas com idade

Embora um percentual de jovens esteja inserido no mercado de trabalho informal, as informações não permitem inferir sobre a qualidade e a remuneração de

informal temos um total de 34,3% não protegidos devidamente pelas leis trabalhistas e ficam à mercê, não apenas de condições de trabalhos mais precárias, como também tendem a receber salários menores (IPP, 2013).

6.2. Alguns enfoques sobre violações de direitos

6.2.1. Crianças e Adolescentes

A violação de direitos de crianças e adolescentes são garantidos, gerando de alguma forma prejuízos de ordem física, psicológica ou moral. O Estado brasileiro reconhece crianças e adolescentes como família e à sociedade, o dever de zelar e observar pelos seus direitos de forma prioritária. Submeter crianças e adolescentes a práticas delituosas ou vexatórias configura-se crime, imputando a seus autores as penalidades previstas em lei.

Diferentes violações de direitos podem acometer crianças e adolescentes, em maior ou menor

escala. Dentre as violações que acontecem com frequência na cidade do Rio de Janeiro, em especial

no contexto de megaeventos, podemos elencar: o trabalho infantil; a prática da exploração sexual

infância, devido à informalidade de seus responsáveis adolescentes

em situações de consumo abusivo de álcool e de Direitos de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos (2017), indica que “está comprovado que, em contexto de realiz

crianças vivendo em camadas mais pobres da população de sofrerem violações de seus direitos” (p. 19). Segundo o foram

registrados 6.521 casos de violações de direitos contra o Rio de

Janeiro, onde a negligência/abandono são os casos mais demais

capitais avaliadas - Belém e Salvador - juntamente com psicológica/moral,

violência sexual. Estes dados se assemelham aos produtos Humanos

(MDH), que no ano de 2017, por meio do Disque 100, re

sujeitos de direitos, atribuindo a si, à registradas são negligência, com 37,6% dos casos, seg

violência física (22,2%) e violência sexual (10,9%). Os dados dem

aumento dos registros de casos de exploração do trabalho infantil institucional⁹.

39

6.2.2. Mulheres

A violência contra a mulher é uma grave violação

as classes sociais, independente de cor ou raça, e em difer físicos,

a violência afeta negativamente o bem-estar psicológico e a capacidade de participar plenamente da vida em sociedade. A Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, revela que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido qualquer violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou não e que de acordo com estudos nacionais, até 70% das mulheres brasileiras já foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo¹⁰.

Dados extraídos pela Subsecretaria de Políticas para Mulheres (SUBPM) das estatísticas do

Instituto de Segurança Pública (ISP, 2017), indicam que no município do Rio de Janeiro, tendo como

referência o ano de 2016, foram registrados 33.598 crimes cometidos contra as mulheres, dos quais a Lesão Corporal Dolosa ocupa o maior número de casos, seguido de ameaça, com 15.281

⁹Dados do Ministério de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.edm.gov.br/noticia/2017/03/09/100-recebeu-de-direitos-humanos-em-2016>. Acesso em 10 de março de 2017. Atitude pela Lei Maria da Penha, disponível em: <http://www.numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>. Acesso em 10 de março de 2017.

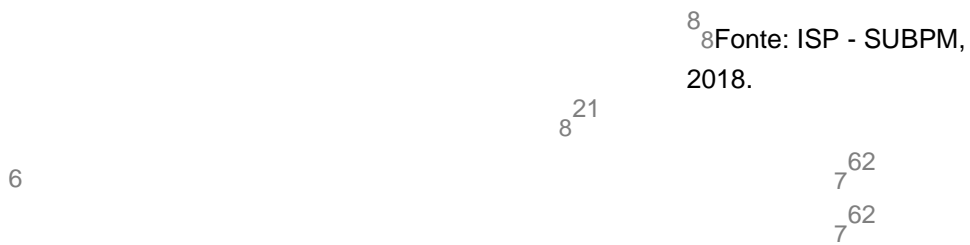
casos, nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) conforme indica o Gráfico a seguir. Em todo

GRÁFICO 6- Distribuição de tipos de delitos cometidos contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: ISP - SUBPM, 2018.

GRÁFICO 7 – Distribuição de delitos cometidos contra mulheres nas 17 AISP da cidade do Rio de J



A AISP com maior número de casos de delitos registrados na cidade é a AISP 27, que corresponde aos bairros de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Paciência e Santa Cruz, com 3.737 casos. A segunda AISP com maior número de casos é a 40, que corresponde aos bairros de

2,447

1,1
05

1,2
84

3,7
37

1,9
08

3,2
01

3,6
09

3,6
09

3,1
43

1,8
18

3,5
78

IS
A
P
02

7³⁴

1^{S1}
A
P05

0334
7

1,1 A IS
P

05 04

7³⁴

P
09

IS
A
P

14

IS
A
P

14

IS
A
P

14

IS
A
P

14

IS
A
P

14

IS
A
P

14

IS
A
P

16

IS
A
P

16

IS
A
P

16

IS
A
P

16

IS
A
P

16

IS
A
P

16
A IS
P
16

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

17

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

18

A IS
P

19

A IS
P

19

A IS
P

19

A IS
P

19

A IS
P

19

A IS
P

19

A IS
P

P

19

IS
A
P

19

IS
A
P

19

IS
A
P

19

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

22

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P

23

IS
A
P
23
IS
A
P
23

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A
P

27

IS
A

P
27
IS
A
P
27
IS
A
P
27

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

IS
A
P

31

A IS
P

31

A IS
P

31

A IS
P

31

A IS
P

31

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

40

A IS
P

41

A IS
P

41

A IS
P

41

A IS
P

41

A IS
P

41

A IS

P	41
41	IS
IS	A
A	P
P	41
41	IS
IS	A
A	P
P	41
41	IS
IS	A
A	P
P	41
41	IS
IS	A
A	P
P	41
41	IS
IS	A
A	P
P	41

Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos, todos na Zona Oeste da cidade, assim como os bairros da AISP 27.

TABELA 5 – Distribuição por tipo de delito, AISPs 27 e 40, 2016.

Lesão corporal dolosa	16696	1917	11,5%	1733	10,4%	3650	21,9%
Ameaça	15281	1617	10,6%	1708	11,2%	3325	21,8%
Estupro	1296	169	13,0%	148	11,4%	317	24,5%
Tentativa de homicídio	185	15	8,1%	13	7,0%	28	15,1%
Homicídio doloso	137	18	13,1%	6	4,4%	24	17,5%
Lesão corporal seguida de morte	3	1	33,3%	1	33,3%	2	66,7%

Total Geral 33598 3737 11,1% 3609 10,7% 7346 21,9% Fonte: ISP - SUBPM, 2018.

No ano de 2016, foram registrados 1.296 casos de estupro e 137 homicídios dolosos na cidade, frente ao total de 4.705 e 5.042 registrados, respectivamente, no Estado do Rio de Janeiro. Pinto, Moraes e Manso (2017), autoras do Dossiê Mulher do ISP, demonstram que “após quase 10 anos de redução nos números de homicídios dolosos, o estado volta a apresentar aumento da violência letal contra mulheres. A diferença de 2012 para 2016 foi de mais 101 mortes (ou + 34,2%)” (p. 15). Outro dado importante é que o “Assédio”, que inclui as categorias “importunação ofensiva ao pudor” e “assédio sexual”, é incorporado ao último Dossiê. Segundo as autoras do referido documento, “as condutas popularmente definidas como ‘assédio’, em geral praticadas no espaço público ou em ambiente de trabalho, revelam uma outra face da violência contra a mulher, que atenta principalmente contra sua liberdade de circulação no espaço público, assim como de exercício profissional” (p. 7).

O reconhecimento das desigualdades praticadas contra a população feminina impõe traçar

políticas públicas para reduzir práticas ofensivas e discriminatórias que atingem as mulheres como cidadãs, propondo práticas que resultem no acesso às informações, inclusão e autonomia, colocando a mulher como protagonista da sua própria história. Mesmo depois de 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha, a violência doméstica continua disseminada em todo o país.

A população feminina em condição de pobreza e de extrema pobreza, em casos de violência, é a que demanda especial atenção do Estado, inclusive visando atender situações de urgência tais como a de acolhimento institucional previsto pela própria Lei Maria da Penha.

Em relação aos atendimentos realizados no CREAS da cidade, utilizando como base o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), no ano de 2016, 1277 mulheres vítimas de violência foram acompanhadas no Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

⁴²

(PAEFI). Os atendimentos são relacionados como casos de violações de direitos ligados à violência,

e o Gráfico abaixo demonstra os atendimentos registrados em 3 categorias (violência intrafamiliar

física ou psicológica, abuso sexual e negligência ou abandono), em um total de 767 casos.

GRÁFICO 8 – Distribuição por tipo de violência de mulheres vítimas a

Fonte: RMA – 2016, SUBPSBE/SMASDH, 2018.

Tanto no combate à violência, quanto em relação ao fortalecimento da cidadania das

mulheres, é primordial a implementação de ações com ênfase na educação, informação, difusão de conhecimentos, apoio, proteção e prevenção das condutas que impedem o exercício de direitos das cidadãs.

6.2.3. Denúncias de Violência contra o Idoso

Dados produzidos pela Subsecretaria de Políticas para o Idoso (SUBPI) indicam que, desde 2006, foram abertos mais de 9.000 processos com solicitações de atendimento de denúncias, de estudo social, de medida protetiva de acompanhamento social, de inclusão em programas municipais, entre outras demandas. Para tanto, existe um fluxo de processos de violação de direitos da pessoa idosa, pactuado entre os órgãos do Poder Executivo e órgãos do Sistema de Garantia de

5⁸

3⁰

4¹
4¹

1³¹

9^{1 7}
8

5⁶
5⁶
5⁶

2¹⁸

CRIANÇAS VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

IA DE

IA DE

MILIAR

MILIAR

MILIAR

OLÓGICA)

OLÓGICA)

OLÓGICA)

OLÓGICA)

S VÍTIMAS DE ABUSO

S VÍTIMAS DE ABUSO

S VÍTIMAS DE ABUSO

S VÍTIMAS DE ABUSO

S VÍTIMAS DE ABUSO

S EXUAL

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A BUSO SEXUAL

CRIANÇAS VÍTIMAS DE

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

N NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

A DOLESCENTES VÍTIMAS DE

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

DOLESCENTES VÍTIMAS DE

A

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N

A DULTAS VÍTIMAS DE

A

A DULTAS VÍTIMAS DE

A

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

V IOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

V

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

{ FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

{

(FÍSICA, PSICOLÓGICA OU
(FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

S EXUAL)

| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
| DOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR
D E VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR

(FÍSICA, PSICOLÓGICA OU
(FÍSICA, PSICOLÓGICA OU
(FÍSICA, PSICOLÓGICA OU

S EXUAL)

| DOSAS VÍTIMAS DE
| DOSAS VÍTIMAS DE

DOSAS VÍTIMAS DE

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

N EPLIGÊNCIA OU ABANDONO

Direitos que permite conhecer os casos e identificar o perfil para elaboração de políticas públicas, bem como articulação com a Rede de Atendimento a Pessoa Idosa e estudos para melhor condução dos casos. Desde o início da análise dos dados, em 2007, percebe-se um aumento nas denúncias oriundas dos órgãos e ouvidorias de proteção ao idoso, contribuindo para os estudos da violência contra a pessoa idosa. No ano de 2014, foram analisados 770 processos, que destacaram a AP3 (36%), como a área com maior número de casos de denúncias, assim como foi constatado nas análises dos demais projetos da SUBPI. Nesta análise, os destaques são as ouvidorias oriundas do Ministério Público, 1746 (Ouvidoria da própria prefeitura do Rio de Janeiro), Disque 100, Comissão dos Idosos da Câmara e da ALERJ, entre outras, que representam mais da metade das solicitações.

Sob o entendimento de que a violência é um problema universal que acomete qualquer indivíduo, independente do status socioeconômico, etnia ou religião, nessa análise utiliza-se a classificação da Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências do Ministério da Saúde (MS, 2002), que destaca as seguintes categorias:

- Abuso, maus-tratos ou violência física: se referem ao uso da força física para obrigar os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar-lhes dor, incapacidade ou

morte.

- Abuso, violência ou maus tratos psicológicos: correspondem a agressões verbais ou gestuais com objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social.
- Abuso e violência sexual: se refere ao ato ou jogo sexual, visando obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.
- Abandono: se manifesta pela ausência por parte do poder público, institucional ou familiar de prestar atendimento, socorro a pessoa idosa que necessite de proteção.
- Negligência: omissão ou recusa de cuidados devidos e necessários ao idoso por parte dos responsáveis familiares ou institucionais.
- Abuso financeiro e econômico: exploração imprópria ou ilegal, com o consentimento ou não dos idosos, de seus recursos financeiros e patrimoniais. (Pessoas, estado na demora da concessão de pensão, aposentadorias, prestação de serviços, planos de saúde etc.)
- Auto-negligência: diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesmo.

GRÁFICO 9 – Distribuição dos tipos de denúncias de violência contra idosos¹¹

Fonte: SUBPI/SMASDH, 2018.

Cabe esclarecer que o mesmo idoso pode sofrer ao mesmo tempo vários tipos de violência e por isso há diferença entre a quantidade de processos analisados e o valor total de tipo de violência.

De acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, os dados relativos à violência contra idosos são alarmantes. Em 2013, no âmbito nacional, a Ouvidoria do Disque 100 recebeu 38 mil denúncias de violência, sendo a violência psicológica a mais citada - 21.832 vezes (SDH, 2013/14). Dos processos analisados, a negligência foi à violência mais relatada (30%) nos pareceres técnicos, porém vieram acompanhadas por outras, tais como os binômios violência psicológica/negligência e negligência /autonegligência.

Na pesquisa, foi constatado que 70% dos casos de violência foram do sexo feminino, o que pode ser atribuído ao fenômeno da *feminização* da velhice, o que vem corroborar com dados de outras pesquisas nacionais e internacionais. Como informou Faleiros para a Revista de Políticas Públicas de São Luis (2014), "as principais vítimas da violência intrafamiliar são mulheres". Foi

¹¹ Os acidentes de transporte e quedas são uma situação de violência e estão entre as principais causas de morte, podendo ser atribuídas à fragilidade física, medicamentos, enfermidades, ou relacionadas à omissão

2⁴

6

7⁴

1⁴
1

1⁸

3⁷

4⁰

1⁰

A^B
AN
DO
NO

F^{IN}
AN
CEI
RO

U
A
TO

V^{IO}
LÊ

NCI

A

V^{IO}
LÊ

NCI

A

V^{IO}
LÊ

NCI

A

V^{IO}
LÊ

NCI

A

V^{IO}
LÊ

NCI

A

P^{SI}

CO

LÓ

GI

CA

P^{SI}

CO

LÓ

A^B
US
O

F^{IN}
AN

CEI

RO

F^{IN}
AN

CEI

RO

GI
CA
P^{SI}
CO
LÓ
GI
CA
P^{SI}
CO
LÓ
GI
CA
P^{SI}
CO
LÓ
GI
CA

V^{IO}
LÊ
NCI
A
FÍS
ICA
V^{IO}
LÊ
NCI
A
FÍS
ICA
V^{IO}
LÊ
NCI

A
FÍS
ICA
V^{IO}
LÊ
NCI
A
FÍS
ICA
V^{IO}
LÊ
NCI
A
FÍS
ICA
V^{IO}
LÊ
NCI
A
FÍS
ICA

V^{IO}
LÊ
NCI
A
V^{IO}
LÊ
NCI
A
V^{IO}
LÊ
NCI

A

V^{IO}

LÊ

NCI

A

V^{IO}

LÊ

NCI

A

V^{IO}

LÊ

NCI

A

V^{IO}

LÊ

NCI

A

V^{IO}

LÊ

NCI

A

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

E^S

TR

UT

UR

AL

V^{IO}

LÊ

NCI

A	V ^{IO}
SE	LÊ
XU	NCI
AL	A
V ^{IO}	SE
LÊ	XU
NCI	AL
A	V ^{IO}
SE	LÊ
XU	NCI
AL	A
V ^{IO}	SE
LÊ	XU
NCI	AL
A	V ^{IO}
SE	LÊ
XU	NCI
AL	A
V ^{IO}	SE
LÊ	XU
NCI	AL
A	V ^{IO}
SE	LÊ
XU	NCI
AL	A
V ^{IO}	SE
LÊ	XU
NCI	AL
A	
SE	
XU	
AL	

mostrado também que a maioria significativa dos possíveis agressores são os próprios familiares da vítima, aqueles com quem ela mantém relações afetivas e

sanguíneos. Destacam-se os filhos (61%) como os principais responsáveis por danos de pessoas contribui para idosos,

sendo citados na maioria dos processos analisados. A questão social maior de, não exige das políticas p violência

doméstica e intrafamiliar pode ser considerado como que falta de serviços físicos de uma execução do

idoso, pois quem o agride é aquele com que mantém relações afetividade e vínculos familiares.

6.2.4. População em Situação de Rua

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Presidencial

no 7.053, de 2009, define a população de rua como um grupo populacional heterogêneo e estabelece

uma série de parâmetros básicos e de corresponsabilidade entre as políticas setoriais para a criação

de serviços e acessos para este público. As pactuações de cofinanciamento estabelecidas pelo CNAS

e pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) alavancaram o início do processo de reordenamento

dos serviços de acolhimento institucional e consequentemente de práticas de atendimento, trazendo aos municípios a missão de humanizar e qualificar o acompanhamento à população em

situação de rua.

Ao mesmo tempo, observa-se que as questões relacionadas a este público se tornam mais

complexas, sobretudo em relação à violência, ao tráfico e consumo de drogas, bem como o perfil de

baixa escolaridade e qualificação profissional, que dificultam os processos de reinserção social e de

construção de autonomia. Ressalta-se que, pelo fato de a cidade de Rio de Janeiro não ter sido configurada se como

expressões

abrangentes

que atenda a

especificidades do atendimento a esta população

Em 2013, a então SMDS realizou o “Censo de População da Cidade”, que

possibilitou a construção de uma cartografia do perfil da população em situação de rua no Censo,

constatou-se que a população de rua estimada na cidade de Rio de Janeiro é de cerca de

1.250 pessoas estavam acolhidas nas Unidades de Referência de Rua do município. Do

total de entrevistados, 87% estavam na faixa etária de 18 a 64 anos, sendo que há mais

de um ano nas ruas

A SMASDH, em parceria com o IPP, realizou em 2013 o “Levantamento da

População em Situação de Rua do Rio de Janeiro - Sondagem de

população em situação de rua, com o objetivo de identificar a dificuldade de encontrar a metodologia apropriada, consistindo em

ruas como local de dormitório, bem como usuários acolhidos em

municipal (pela primeira vez incluídos no levantamento),

Política Nacional para a População em Situação de Rua.

A pesquisa utilizou 3 (três) questionários específicos para a população em situação de rua: Perfil de Usuário, Perfil de Família e Perfil de Rua. A observação, elaborados pela Coordenadoria de Integração da Saúde (CIS),

aplicados em 800 domicílios em 10 bairros de diferentes regiões da cidade, o que permitiu a obtenção de dados

que contemplam informações sobre: demografia; es

trabalho e renda; acesso à rede de saúde e acesso socioassistencial.

O levantamento foi realizado nos turnos diurno (6h às 10h) e noturno (18h às 22h),

concomitantemente, nas unidades de acolhimento e de

roteiros elaborados previamente. Participaram desse secretaria, dentre gestores, equipes técnicas e de apoio.

Os resultados estão em fase final de sistematização e serão apresentados em breve.

7. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão executor da Política

Pública de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro e tem como missão garantir a proteção

social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de

programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, bem como a viabilidade de acesso as

políticas intersetoriais. Agregado à gestão e execução da Política Municipal de Assistência Social, a

SMASDH é responsável pela gestão e coordenação das ações de Envelhecimento Ativo e Direitos das Mulheres na cidade.

Com a incorporação à Secretaria Municipal de A

Secretaria Municipal de Assistência Social, o Departamento Ativo, Resiliência e

Práticas Para as Mulheres profissionais da Secretaria de Políticas de Mulheres, em conformância com o Decreto Rio no

legislações relacionadas à Política do Idoso e às Políticas de Mulheres, bem como as relacionadas à Política de Assistência Social. A Secretaria passou a exercer os serviços de Assistência Social, inclusive com a oferta de serviços voltados para as manifestações

da questão social em ações de promoção, proteção e atendimento. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão executor da Política Pública de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro e tem como missão garantir a proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, bem como a viabilidade de acesso as políticas intersetoriais. Agregado à gestão e execução da Política Municipal de Assistência Social, a

envelhecimento, bem como no combate à violência contra a mulher e ações

relacionadas à diversidade racial e religiosa, entre outras ações administrativas e técnicas aos dezoito Conselhos Tutelares da cidade.

Políticas a ela vinculadas.

FIGURA 1- Estrutura / Equipamentos - SMASDH

Fonte: GT Elaboração do Plano/SMASDH, 2018.

Diante do enorme desafio de incorporar as diferentes concepções e políticas na sua gestão, a SMASDH mantém o foco de trabalho voltado à formulação e execução da Política Municipal de Assistência Social, e visa, portanto, ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, por meio da articulação intersetorial para promover a emancipação social e o fortalecimento humano, para o enfrentamento da pobreza na ótica de seus fatores multidimensionais, com foco na matricialidade sociofamiliar e na territorialização das ações.

Dentre as diversas atribuições das Subsecretarias e setores que compõem a Secretaria, estão a formulação, gestão e execução de serviços, programas e ações aos diferentes segmentos e grupos etários, de forma a:

- Assegurar a oferta permanente e continuada das ações e serviços tipificados, agregando, quando necessário, ações emergenciais, programas e projetos pontuais por meio de mecanismos e estratégias organizadas com vistas ao fortalecimento da política pública de assistência social, construindo uma agenda de trabalho entre governo, sociedade civil e organismos internacionais para debater as questões relativas ao atendimento de vulnerabilidades e violações de direitos na cidade do Rio de Janeiro; (tema de trabalho, mulher e diversidade racial), bem como a elaboração do Plano Municipal Intersetorial de Atendimento articulando as diretrizes já formuladas pelo MDS sobre a temática: a equidade no acesso aos direitos fundamentais, o respeito à diversidade e o combate a toda forma de preconceito reconhecendo e protegendo os indivíduos e grupos em sua diversidade e, humanos disponíveis e as necessidades de serviços humanos concebido como ação integrada de governo e política de Estado, relativa a todos os segmentos (criança e adolescentes,

Municipal de Educação Permanente, garantindo qualificação continuada aos profissionais

SUAS, objetivando o aprimoramento do sistema da assistência social, fomentando a produção de cursos e a sistematização do trabalho desenvolvido e a publicização dos mesmos, através da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente;

- Apoiar as ações dos Conselhos Municipais (de política administrativa) administrativamente a SMASDH, com vistas ao fortalecimento da

Realizar diagnósticos das situações de vulnerabilidade e garantir os direitos que estão submetidos os indivíduos, grupos e famílias em cada território da cidade, por meio de análises que subsidiar o planejamento articulado de ações no âmbito das políticas sociais, para a garantia ao acesso aos direitos fundamentais à cidadania, a fim de garantir a Vigilância Socioassistencial para a produção e organização de dados, indicadores, informações e análises que contribuam para o planejamento, monitoramento e avaliação da gestão

Direitos da Mulher (CODIM Rio), Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro (COMAD), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE) e Conselhos Tutelares;

FIGURA 2 – Setores da SMASDH e a relação com o território e família na Proteção Social

7.1. A Rede Socioassistencial na cidade do Rio de Janeiro

Compõem a rede de proteção social da SMASDH 193 equipamentos e polos de serviços. Destes, 103 fazem parte da estrutura formal da Secretaria (Decretos Rio No: 42.879 de 09/02/2017, 42.907 de 23/02/2017, 43.456 de 18/07/2017 e 43.916 de 31/10/2017). Os demais equipamentos são os Polos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Centros de Execução de Serviços para Pessoas com Deficiência (SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) (SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO) (conveniada/contratada) que inclui Centros de Acolhimento, Centros de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Hotéis Acolhedores; e, os Conselhos Tutelares, órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes.

7.2. Descrição dos equipamentos que compõem municipal

A Tabela abaixo demonstra, de forma sintética, a rede de equipamentos da cidade.

7.2.1. Proteção Social Básica
TABELA 6 – Síntese da Rede de Proteção Social da SMASDH

EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS QUANTITATIVO

Centro de Referência da Assistência Social – CRAS
CENTRAIS DE RECEPÇÃO 04 CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS 47 CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 14 CENTROS ESPECIALIZADOS PARA POPULAÇÃO DE RUA - CENTRO POP 02 CENTRO DE CIDADANIA 01 UNIDADES MUNICIPAIS DE REINserção SOCIAL - URS 21 UNIDADES MUNICIPAIS DE REINserção SOCIAL CASAS VIVAS 03 CASAS DE CONVIVÊNCIA E LAZER PARA IDOSOS - CCLI 07 CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CEAM 01 CASA VIVA MULHER 01 CASAS DA MULHER CARIOCA 02 CONSELHOS TUTELARES 18 HOTÉIS ACOLHEDORES/ ALBERGUES 04 CENTROS DE ACOLHIMENTO (SERVIÇO DE

rede de

51

proteção social e na promoção dos meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares

e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.

que os impeçam de viver com autonomia e bem-estar.

Centro de Referência Especializado para População CENTRO POP

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco.

Unidade Administrativa de Proteção Social Especial
serviço é

ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de vida

7.2.2. Proteção Social Especial De Média Complexidade

finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas

sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos

oportunizem a construção de novos projetos de vida e a

Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS

O CREAS apresenta-se como coordenador e articulador das ações e serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, abrangendo em seu escopo programático a oferta

Público alvo: Jovens, adultos, idosos e famílias com vulnerabilidades

e/ou sobrevivência.

Social Especial de Média Complexidade, abrangendo em seu escopo programático a oferta

qualificada de serviços voltados para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, que

Centro de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência

estejam em situação de ameaça e violação de direitos, execução indireta) e com as demandas

identificadas no território. Os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos e funcionar em

Equipamento da rede socioassistencial privada, pública e comunitária

estreita articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

assistência social sem fins lucrativos e com finalidade de promoção de direitos

municipal de proteção social especial de média complexidade

52

Público alvo: Famílias e indivíduos que vivenciam qualquer forma de violações de direitos

Município para disponibilização de vagas de atendimento. Oferece atendimentos socioassistenciais a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade pela deficiência e pelo nível de pobreza por meio da promoção de ações de habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária, visando a melhoria da qualidade de vida e a garantia do exercício da cidadania.

Público alvo: Pessoas com deficiência.

7.2.3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Central de Recepção

Unidade de atendimento institucional de passagem para oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais qualificados para receberem os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza estudo diagnóstico detalhado de cada situação, para os encaminhamentos necessários.

Público alvo: Crianças, adolescentes, adultos, grupos familiares em situação de rua, desabrigo ou violação de direitos e idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Unidade Municipal de Reinserção Social – URS

Unidade Administrativa de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinada ao acolhimento integral institucional de famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. Sua aplicação tem caráter provisório e temporário, utilizada como forma de transição à reinserção à família de origem ou colocação em família substituta, no caso de criança e adolescente e à reinserção familiar e/ou comunitária, bem como a autonomia pessoal e social, quando se referir a adultos, idosos e família. A localização desta unidade deve facilitar o acesso a serviços públicos.

Público alvo: Crianças e adolescentes com medida judicial de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção; Homens, mulheres adultos em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito

e sem condições de autossustento; Idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono,

com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Polo do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Polo descentralizado do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora que organiza o que prestam o serviço de acolhimento e proteção integral.

acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência

de famílias acolhedoras habilitadas. O Serviço é o responsável por selecionar, capacitar, habilitar e

acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou

adolescente acolhido e sua família de origem. O Serviço deve promover a preservação e

reconstrução do vínculo com a família de origem, com vistas à reintegração familiar.

Público alvo: Crianças e adolescentes com medida judicial de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Hotel Acolhedor/Albergue

Equipamentos da rede pública ou privada (execução)

Centro de Acolhimento (Serviço de execução indireta)

“perdia” e/ou “pernoite” para prestação de serviço de albergue para mulheres

Equipamento da rede socioassistencial privada, gerido e mantido por organização de adultos que estão em situação de rua e necessitam de um espaço de acolhimento provisório para a organização financeira e atendimento das demandas sociais.

Público alvo: Homens e mulheres adultos em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

7.2.4. Inclusão Produtiva

Centro de Cidadania

Unidade Administrativa responsável pela oferta de programas e projetos sociais à população da Cidade do Rio de Janeiro, com ações voltadas para geração de renda, inclusão no mundo do trabalho e empreendedorismo.

Público alvo: Pessoas a partir de 18 anos.

7.2.5. Promoção e Proteção social à Pessoa Idosa

Casa de Convivência e Lazer para Idosos

Unidade Administrativa que visa à inclusão social dos idosos a partir de 60 anos, de ambos os sexos, com condições motoras e cognitivas que favoreçam sua autonomia durante a permanência na Casa, independentemente do local de moradia, da situação socioeconômica, cultural ou religiosa.

Público alvo: Pessoas idosas.

7.2.6. Promoção e Proteção Social à Mulher

Casas da Mulher Carioca

As Casas da Mulher Carioca são unidades administrativas de promoção de políticas públicas para mulheres. O objetivo é desenvolver um ambiente de empoderamento, capacitação, interação e exercício da cidadania das mulheres cariocas, respeitando suas diferenças étnico-raciais, religiosas,

geracionais, de classe, origem e orientação sexual. São realizados atendimentos, individuais ou coletivos, com assistentes sociais, psicólogas, advogadas e pedagogas. As Casas também realizam atividades culturais, cursos de qualificação profissional, oficinas, palestras, rodas de conversa, grupos terapêuticos e reflexivos, estímulo ao aumento da escolaridade, ao fortalecimento da participação em espaços de poder, ao acesso a saúde integral e equidade de gênero. As atividades têm como propósito contribuir para autonomia econômica das mulheres, bem como para o resgate da cidadania pelo exercício da participação.

55

Público alvo: Mulheres vítimas de violência doméstica com risco de morte.

Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM

Unidade administrativa que faz parte da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Oferece atendimento social, psicológico e orientação jurídica para as mulheres em situação de violência doméstica. Realiza atendimentos individuais com escuta qualificada, encaminha as demandas trazidas pelas mulheres e promove a reflexão sobre a situação de violência vivida visando o rompimento do ciclo de violência. Em casos de mulheres em situação de risco iminente de morte, realiza o encaminhamento para acolhimento nas Casas-Abrigo.

Público alvo: Mulheres vítimas de violência doméstica.

Casa Viva Mulher (Casa Abrigo)

Unidade Administrativa responsável pelo acolhimento, em condição de sigilo, das mulheres vítimas de violência doméstica em situação de risco iminente de morte e aos seus filhos e filhas. Durante a permanência no abrigo, as mulheres têm garantido o atendimento social, psicológico, jurídico e o encaminhamento à assistência que se faça necessária com vistas a sua autonomia. O abrigamento é essencial ao processo de ruptura do ciclo de violência que se estabelece no âmbito da relação familiar.

Público alvo: Mulheres em situação de vulnerabilidade.

7.2.7. Garantia de Direitos

Conselho Tutelar

Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres da criança e do adolescente. É constituído por cidadãos, eleitos pela comunidade local, remunerados para que em seu mandato atuem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar compõe o SGD e intervém em situações em que os direitos das crianças e adolescentes são ameaçados e/ou violados pela sociedade, pelos pais ou responsáveis legais, e em razão da própria conduta. O órgão também recebe a comunicação dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos; de reiteradas faltas injustificadas ou de elevados níveis de repetência.⁵⁶

Público alvo: Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, suas famílias e responsáveis.

7.3. A relação intersetorial com demais políticas sociais

A articulação intersetorial deve garantir o acesso dos usuários na rede de serviços, visando a resolutividade no atendimento às demandas, sendo fundamental o estabelecimento de fluxos e protocolos territorializados, criando assim efetiva Referência e contrarreferência das situações atendidas.

Pereira e Teixeira (2013) enfatizam que

A noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração

saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos do atendimento às demandas dos cidadãos. Cabe ressaltar que a descentralização estatal é uma categoria precursora da intersetorialidade, pois, na medida em que ela propõe transferir responsabilidades especialmente para o nível municipal, a intersetorialidade aparece como uma estratégia de atuação para a abordagem dos problemas sociais, respeitando a autonomia de cada ator envolvido. Nesse sentido, pela via da descentralização cabe, principalmente aos gestores municipais, operacionalizar o desenvolvimento de ações intersetoriais no âmbito da gestão das políticas sociais.

A articulação de rede é diretamente relacionada à inserção das unidades de assistência social no território, e este, por sua vez, é um conceito chave na constituição das unidades, pois as relações institucionais com seus parceiros determinam em maior medida a qualidade do serviço prestado ao usuário no atendimento a suas demandas. Serviços, programas e ações desenvolvidas na assistência social tem atuação compartilhada com as políticas setoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), o BPC na Escola, as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que desaguam em articulações locais para planejamento de ações e acompanhamento de alunos em famílias em situação de vulnerabilidade.

57

7.4. SMASDH e a divisão político-administrativa¹²

1ª COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A operacionalização das ações da SMASDH é descentralizada por meio de dez

Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH) que são responsáveis pela gestão

Bairros (CABD) Gamboa, Santo Cristóvão, Saúde, Centro, Lauro de Freitas, Rio

da Política de Assistência Social no seu território adscrito, além de exercer a coordenação dos

Comunidade Benfica, Mangueira, São Cristóvão, Vasco da Gama, Teresopolis, Teresa.

serviços socioassistenciais, programas e demais ações de natureza gerencial e administrativa, a

partir das diretrizes emanadas pela Gestão Municipal. Tem papel de mobilização da rede pública e

A área de 1ª CASDH corresponde à AP 1 da Cidade de Salvador, IBGE 2010,

privada de assistência social e articulação com as demais políticas setoriais, visando organizar e

297.976 residentes. O IDH da região é 0,600, próximo a 0,609.

regular fluxos de referência entre as redes de serviços para ampliar o acesso da população atendida

O bairro Mangueira possui o menor IDH (0,537) e o bairro de Gamboa concentra um conjunto arquitetônico histórico-cultural, com

em seu território.

bibliotecas, teatros, além de um centro financeiro, comércio e

por especialmente nas áreas da Lapa, Rio Comprido, São C
Nova.
uma acelerada transformação e revitalização de algumas áreas, especialmente após a
realização Há de se destacar também a grande concentração
dos Grandes Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Conta ainda com a presença
diversificada de instituições públicas e privadas, assim como Organizações da Sociedade
Civil e Fluminense),
instituições esportivas e culturais. outros estados e até outros países. Essas pessoas vêm
vida,

O território de abrangência atende a aproximadamente 71 comunidades, com
realidades oportunidades de acesso ao trabalho e renda, especialm
atividades de
diferenciadas, nas quais se observam famílias em situação de grande vulnerabilidade social
principalmente no conjunto de favelas que inclui Providência, Complexo do Turano, Complexo
de outras:
São Carlos, Mineira, Fallet, Fogueteiro, Arará, Tuiti, Mangueira, dentre outros, onde os índices
de expressões da questão social.
violência urbana são crescentes.

O Centro, historicamente, concentra muitas ocupações irregulares tanto em prédios
públicos
como privados, alguns em processo de desapropriação. Uma característica marcante é a
precariedade de imóveis residenciais, alguns já interditados pela Defesa Civil. Seus núcleos
de

¹² Agradecimento às CASDHS, que gentilmente contribuíram com as informações de cada **1a CASDH**
território. 59

58

vulnerabilidades encontram-se nestas invasões, sobretudo nos casarões e cortiços, presentes
Equipamento Abrangência/Público Endereço 1a CASDH Rua Visconde de Jequitinhonha, no 52
– Rio Comprido **CRAS Adalberto Ismael de Souza** São Cristóvão (Parte),
Mangueira e Leopoldina
Av. Bartolomeu de Gusmão, no 1100 – Fundos - São Cristóvão **CRAS Deputado Luis Eduardo Magalhães** São Cristóvão
Gama, Benfica e Triagem
Rua Paraíso do Tuiuti, s/n - Morro do Tuiuti - São Cristóvão **CRAS Germinal Domingues** Rio Comprido
Nova e Catumbi
Rua Ambiré Cavalcanti, no 95 – Rio Comprido **CRAS Professora Ismênia de Lima Martins** Centro (parte)
Fátima e Santa Tereza
Rua da Alfândega, no 114 - Centro
CRAS Dodô da Portela Saúde, Gamboa, Santo Cristo e
Paquetá
Av. Marechal Floriano, 191 - Centro

CRAS XV de Maio Caju Rua General Sampaio, no 74 - Caju **CREAS Simone de Beauvoir** 1a CASDH Rua Ambiré Cavalcanti, no 95 - Comprido **Centro Pop Barbara Calazans** 1a CASDH Rua Senador Pompeu, s/n - Central **Central de Recepção de Adolescentes Ad Oliveira**

Adolescentes – masculino Rua Benedito Hipolito, s/n - Praça Onze

URS Irmã Dulce Adultos - feminino Rua Visconde de Jequitinhonha, no 50

– Rio Comprido **URS Plínio Marcos** Adultos - masculino Rua Bartolomeu de Gusmão, no 98 **URS Dom Helder Camara** Adolescentes Joaquim Palhares, s/n - Estacio **Hotel Acolhedor Santana II (Execução Indireta)**

Adultos Rua de Santana, no 204

Hotel Santa Comba (Execução Indireta) Adultos Rua Tenente Possolo, 49 - Centro **Hotel Solidário Central do Brasil** Adultos Rua S s/n - Central

Polo do Serviço Família Acolhedora (CRAS Germinal)

Crianças e Adolescentes Rua Ambiré Cavalcanti, no 95 – Rio Comprido

Centro de Desenvolvimento da Qualidade de Vida

Adultos Rua São Luiz Gonzaga, 1405 - São

Cristóvão **Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM Chiquinha Gonzaga**

Mulheres Rua Benedito Hipólito, 125 – Praça Onze **Centro de Orientação e Assistência Henry W**

Pessoa com Deficiência R. Batista das Neves, 26- Rio Comprido

Sociedade Pestalozzi do Brasil Pessoa com Deficiência R. Visconde de Niterói, 1450 - Benfica

2a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Botafogo, Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Humaitá, Laranjeiras, Urca, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Vila Isabel, Copacabana, Leme, Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado, Vidigal, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira, Tijuca, Rocinha.

A área da 2a CASDH corresponde a AP 2 da Cidade e possui, de acordo com o Censo IBGE 2010, 1.009.170 residentes. Esta área inclui bairros das regiões administrativas de Botafogo, Copacabana e Lagoa, com IDS de 0,735, 0,730 e 0,764, respectivamente. Também é composta por bairros das

60 regiões administrativas da Tijuca e Vila Isabel, que apresentam, respectivamente, índices de 0,697 e 0,679. E pela região administrativa da Rocinha que, com IDS de 0,533, é a RA com maior densidade demográfica da Cidade (48.258 hab./Km²). Apesar do índice desta última região, a área da 2a CASDH, em sua totalidade, possui um IDS de 0,710, acima do índice da Cidade, o que, entretanto, guarda uma série de contradições.

O território da 2a CASDH possui 25 bairros e a comunidade Morro do Encontro, localizado no Engenho Novo (bairro pertencente ao território da 3a CASDH). Conforme dados do Censo IBGE 2010, o território possui 404.695 domicílios, sendo 138.569 domicílios pertencentes à Zona Norte (34,2%) e 266.126 domicílios na Zona Sul (65,8%).

O território é caracterizado por contrastes socioeconômicos relevantes, tendo em sua composição os bairros da Zona Sul, área nobre da cidade que detém os maiores IDHs do município e bairros da grande Tijuca, localizada na Zona Norte da cidade. Os vinte e cinco bairros que compõem a 2a CASDH abrangem cerca de setenta e nove comunidades, que vão desde complexos a pequenos

conglomerados. O Rocinha apresenta um dos menores IDH do município, e é relevante a contradição a ser destacada, já que os bairros com maior IDH do município concentram-se na zona sul da cidade. Observa-se que o bairro da Rocinha tem índices de longevidade, escolaridade e renda consideravelmente inferiores aos da Gávea, apesar de serem bairros vizinhos.

Os bairros da Rocinha, Alto da Boa Vista, Vidigal e Andaraí apresentam os menores IDS. No caso da Rocinha, o rendimento domiciliar per capita em salários mínimos é inferior a um salário, em contraste com o bairro da Lagoa, que apresenta per capita de onze salários mínimos. Quanto ao percentual dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo, as famílias residentes nas comunidades da Rocinha (68,292%) e do Vidigal (63,176%) demonstram as dificuldades socioeconômicas importantes.

Em uma análise mais específica, as comunidades evidenciam índices inferiores quando comparados com os índices dos bairros a que pertencem, como o exemplo do bairro da Tijuca que tem IDS de 0,706, enquanto as comunidades do bairro apresentam IDS entre 0,335 a 0,552. Situação similar ocorre em São Conrado que apresenta IDS de 0,779, enquanto as comunidades do bairro apresentam IDS entre 0,592 a 0,594 (IPP, 2017).

O indicador “percentual dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo” (IBGE, 2010) das comunidades também apresenta importante discrepância quando comparado com o percentual dos bairros. Em Vila Isabel, por exemplo, 24,97% dos domicílios têm rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo, enquanto nas comunidades do bairro, Morro dos Macacos apresenta 81,94% e o Parque Vila Isabel, 79,01%. O bairro de Botafogo apresenta 12,01% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo, enquanto no Morro Santa Marta, 71,53% dos domicílios têm rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo.

Por fim, outro importante aspecto a ser ressaltado, diz respeito à rede territorial, que se destaca por ser ampla e diversificada. O território atualmente estabelece encontros bimensais com as redes locais: Zona Norte e Zona Sul, além de um encontro unificado trimestral. Esses encontros possibilitam a discussão de eixos centrais da política de assistência, além da troca de informações.

Percebem-se alguns avanços nos processos de trabalho, na medida em que têm sido desenvolvidas agendas de ações coletivas e no trabalho em conjunto no atendimento às famílias em atenção às demandas percebidas por cada serviço integrante da rede, além da oferta de espaços de qualificação profissional.

Ainda é necessário avançar na construção de fluxos de atendimento/acompanhamento das famílias do território, além de estudo coletivo do território, levando-se em consideração sua extensão, particularidades e demandas, a fim de adequar a oferta de serviço às necessidades.

2a CASDH

62

Equipamento Abrangência/Público Endereço 2a CASDH Rua Visconde de Santa Isabel, n 34 – Vila Isabel **CRAS Rosani Cunha** Vila Isabel, Maracanã, Engenho Novo (parte), Sampaio (parte)

Rua Visconde de Santa Isabel, no 142 – Vila Isabel **CRAS Rinaldo De Lamare** Gávea, Rocin

Conrado

Av. Niemeyer, no 776 - 8o e 9 o andares -São Conrado **CRAS Presidente Itamar Franco** Andaraí e Grajaú Rua Caçapava, 305 - Gr **Veloso** Botafogo, Jardim Botânico, Urca, Humaitá, Lagoa, Catete,

Rua São Clemente, no 312 - Botafogo

CRAS Sebastião Theodoro Filho Copacabana, Ipanema, Lagoa (parte), Leme e Leblon

Rua Saint Romam, no 172

CRAS Tijuca Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira e Tijuca

Rua Guapiara, no 43 - Tijuca

CREAS Arlindo Rodrigues Rua Desembargador Isidro, no 48 -

Tijuca **CREAS Maria Lina de Castro Lima** Rua São Salvador, no 56 - Laranjeiras **URS Catete** Adolescentes – feminino Rua do Catete

URS Malala Yousafzai Adolescentes - feminino Rua Paulino Fernandes, no 01/301 -

Botafogo **URS Raul Seixas** Adolescentes – masculino Rua Teixeira Soares, no 43 – Praça da

Bandeira **URS Bia Bedran** Crianças Rua Sorocaba, no 595 - Botafogo **URS Lucinha Araújo** Crianças Rua Cotinho, no 75 - Muda **Polo**

Família Acolhedora (CREAS Arlindo Rodrigues)

Crianças e Adolescentes Rua Desembargador Isidro, no 48 -

Tijuca **Polo do Serviço Família Acolhedora (CREAS Maria Lina)**

Crianças e Adolescentes Rua São Salvador, no 56 - Laranjeiras

Associação Beneficente AMAR Crianças e Adolescentes Rua Duque de Caxias, 101 – Vila Isabel **Associação de Assistência às Ca**

Pessoas com Deficiência R. Visc. de Santa Isabel, 276 - Vila Isabel **Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE**

Pessoas com Deficiência Rua Bom Pastor, 41 - Tijuca

Centro de Estimulação e Psicopedagogia - CRIART

Pessoas com Deficiência R. Goiânia, 26 - Andaraí

Centro de Reabilitação do Instituto Anna Freud - CREAARTE

Pessoas com Deficiência Rua Cardoso Junior, 95 - Laranjeiras

Centro de Reabilitação Santa Cecília - CRSC Pessoas com Deficiência R. Nascimento Silva, 245 - Ipanema

Desenvolvimento da Personalidade Socio- Infantil - DEPSI

Pessoas com Deficiência Rua Humaitá, 45 - Humaitá

Instituto Nossa Senhora de Lourdes - INOSEL Pessoas com Deficiência Estrada Santa Marinha, no 514. Gávea

Núcleo de Oficinas Terapêuticas - NOT Pessoas com Deficiência Rua Caruso, 63 - Tijuca **Sociedade Interdisciplinar do Desenvolvimento da**

Personalidade - SIDEPE

Pessoas com Deficiência Rua Antônio. Salema, no 72

Sodalício da Sacra Família Pessoas com Deficiência Rua Alzira Brandão, 281 - Tijuca

Casa de Convivência de Idosos Dercy Gonçalves

Idosos Av. Eptácio Pessoa, no 3000 - Lagoa

Casa de Convivência de Idosos Bibi Franklin Leal

Idosos Rua General Espírito Santo Cardoso, no

514 - Tijuca **Casa de Convivência de Idosos Maria Haydee Pizarro Rojas**

Idosos Rua Padre Leonel de Franca, no 240 -

Gávea **Casa de Convivência Padre Veloso** Idosos Rua São Clemente, no 312 - Botafogo **Casa de Convivência Naná Sette Camarões**

Niemeyer, no 776 – 11o andar

- São Conrado **3a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

63

Bairros: Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Inhaúma, Maria da Graça, Tomás Coelho, Abolição, Água Santa, Cachambi, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos, Jacarezinho.

A área da 3a CASDH corresponde à parte da AP 3 – RA XII Inhaúma, XIII Méier e XXVIII Jacarezinho, que somam, de acordo com o Censo IBGE 2010, 569.970 residentes. Com um IDS de 0,629 a região do Méier possui índice um pouco maior que as outras regiões, sendo o IDS da região de Inhaúma de 0,588 e do Jacarezinho de 0,534. O território conta com Escolas de Samba, com o renomado Centro Cultural João Nogueira (antigo Imperator), Nave do Conhecimento, Centro Esportivo Valter de Lima, Clube CCIP de Pilares, dentre outros. A malha ferroviária e rodoviária que corta o território favorece a mobilidade da população, com algumas exceções. A sede da 3a CASDH localiza-se no bairro Engenho Novo, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e seu território é composto por 23 bairros e 64 comunidades, com características diferenciadas. Dentre os aspectos sociais identificamos um considerável número de ocupações irregulares, provenientes de antigas fábricas desativadas. Dentre elas, destacamos Carandiru,

Portelinha, Direne, Inabu 50, Bráulio Cordeiro 745, Travessa Jacaré, Matapi 77, Matimore s/n, Invasão da Skol, Travessa Everest, Gretiza, Pedrosa, dentre outras. A questão da segurança pública é importante fator a ser considerado, especialmente na região do Complexo do Lins e Jacarezinho. Outro aspecto que merece atenção refere-se à população em situação de rua, presente no território, sobretudo nas cenas de uso de substâncias psicoativas, e da concentração de crianças e idosos em torno do comércio local.

Sobre as localidades em maior vulnerabilidade, destacam-se alguns bairros e respectivas comunidades como: Jacarezinho; Jacaré; Complexo do Lins de Vasconcelos (Cachoeirinha, Gambá, Nossa Senhora da Guia, Árvore Seca, Morro do Amor, Boca do Mato); Engenho Novo (Cotia, Cachoeira Grande, São João, Matriz, Quietos, Barro Vermelho); Sampaio (Dois de Maio); Rocha (Bairro Carioca); Engenho de Dentro (Camarista Méier, Rua Venâncio 393-invasão Belém) Méier (Rua Arquias Cordeiro, 440-invasão); Piedade (Morro do 18, Granja, rua Clarimundo de Melo 203, rua Clarimundo de Melo 272-invasão e Caixa D'água); Abolição (Trajano); Água Santa (Fazendinha e Morro da Família); Tomás Coelho (Maracá/Nova Maracá); Pilares (Morro do Urubu); Inhaúma (JJ Cowser, Parque Silva Vale, Comunidade do Guarda e Parque Everest); Del Castilho (B1, B2 e B5).

64

São características desta CASDH dificuldades de acesso às comunidades, seja pela violência urbana ou pelo fator geográfico (comunidades íngremes), além da ausência e/ou insuficiência de condições de saneamento básico e moradias precárias, existência de famílias sem condições de autoprovisão, com baixa escolaridade, e insuficiência de renda, dentre outros.

3a CASDH

Equipamento **Abrangência/Público Endereço**

3a CASDH RUA 24 de maio, no 931 – Fundos –

Engenho Novo **CRAS Caio Fernando Abreu** Higienópolis, Maria da Graça, Jacaré, Jacarezinho, Manguinhos (parte lado Av. D. Av. Dos Democráticos, no 646 - Manguinhos

CRAS Dr. Sobral Pinto Piedade (parte), Água Santa, Encantado, Engenho de Dentro (parte), Todos os Santos, Meier, Cachambi (parte), Del Castilho (lado ímpar da Av. Dom Helder Camara), Pilares (parte)

Rua Dr. Leal, no 706 - 1o andar – Engenho de Dentro

CRAS Mary Richmond Lins de Vasconcelos, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, São Francisco Xavier (parte)

Rua Conselheiro Ferraz, no 54 - Lins de Vasconcelos

CRAS Maria da Luz Inhaúma, Del Castilho, Pilares, Piedade (lado do Norte Shopping), Tomás Coelho, Abolição, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro (Comunidade Fernão Cardim e todo o lado par da Av. Dom Helder Camara/Engenho de Dentro)

Rua Ana Quintão, 380 - Piedade

65

CREAS Janete Clair Rua Dr. Leal, no 706 - 2o andar –

Engenho de Dentro **Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara**

Crianças (misto) e adolescentes (feminino)

Av. Dom Helder Camara, 4775 - Cachambi **URS Frida Kahlo** Adolescentes - feminino Travessa Comendador Filips, 32 - Méier **URS**

Pinto Crianças Rua Isolina, 308 - Méier **URS Casa Viva – Del Castilho** Adolescentes – Masculino Rua Major Mascarenhas

Santos **Polo do Serviço Família Acolhedora (CREAS Janete Clair)**

Crianças e Adolescentes Rua Dr. Leal, no 706 - 2o andar –

Engenho de Dentro **Centro de Desenvolvimento da Qualidade de Vida**

Adultos Rua Baronesa de Uruguaiana, 148 - Lins

de Vasconcelos **Associação de Solidariedade à Criança Excepcional - ASCE**

Pessoa com Deficiência R. Uaruma, 80 - Higienópolis

Centro de Orientação e Reabilitação Beneficiário de Inhaúma - CORBI

Pessoa com Deficiência R. Guarapuava, 93 - Inhauma

Centro Especializado de Atendimento à Criança - CEAC

Pessoa com Deficiência Rua Dias da Cruz, 528 - Méie

Instituto Consuelo Pinheiro - ICP Pessoa com Deficiência R. Flack, 81 - Riachuelo **Instituto Severa Romana** Pessoa com Deficiência

530 - Cachambi

4a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Bonsucesso, Manguinhos, Olaria, Ramos, Brás de Pina, Penha, Penha Circular, Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi, Complexo do Alemão, Maré, Cordovil, Jardim América, Parada de Lucas, Vigário Geral.

A área da 4a CASDH corresponde à parte da AP 3 – RA X Ramos, XI Penha, XX Ilha do Governador, XXIX Complexo do Alemão, XXX Maré e XXXI Vigário Geral. De acordo com o Censo IBGE 2010, trata-se de uma área com 886.551 residentes. As RAs de Ramos e Penha possuem o mesmo IDS (0,591), sendo que o bairro Manguinhos se destaca com um IDS consideravelmente mais baixo comparado aos bairros de ambas as regiões (0,518). Os índices das demais regiões são de 0,627, 0,532, 0,547 e 0,559, respectivamente. Destaque para o bairro Jardim Guanabara que apresenta o maior IDS da área da 4a CASDH (0,720).

A 4a CASDH é formada por 28 bairros, onde se inscrevem em torno de 104 assentamentos populares, com uma população em torno de 287.705, o que significa 31% da população total residente no território, com três expressivos complexos de favelas: Complexo do Alemão, Complexo da Maré e Penha.

É um território profundamente marcado por contradições urbanas relevantes do ponto de

66

vista da apropriação da renda, de oportunidades no mercado de trabalho e de uso da cidade, onde se encontram universidades, faculdades, instituto de pesquisa científica, empreendimentos que agregam grande volume de capital, como aeroporto, shopping, hipermercado, empresas petrolíferas, em contraponto a formas de sobrevivência fundadas na informalidade, no trabalho precário, na violência e formas degradantes de vida. A atividade industrial marcou historicamente este território, entretanto, nas últimas décadas, o baixo crescimento econômico do país, e o sucateamento do parque industrial local, em função da violência e da chamada guerra fiscal entre unidades da federação gerou um contexto de degradação do espaço urbano. Surgiram, recentemente, expressivas aglomerações de pessoas em situação de uso abusivo de substâncias psicoativas, chamadas pela grande mídia de “cracolândia”, o que exige ações efetivas do poder público municipal de natureza intersetorial.

Equipamento Abrangência/Público Endereço

4a CASDH Rua da Regeneração, no 654 **CRAS Anilva Dutra Mendes** Jardim América, Vigário Geral, Pavuna (parte) e Parada de Lucas
Rua Franz Liszp, s/n - Jardim América

CRAS Carlos Drumond de Andrade Ramos (parte), Olaria e Penha Rua Taperoá, no 308 - Morro do Caracol

-Penha **CRAS Prof. Darcy Ribeiro** Cocotá, Freguesia, Bananal, Tauá, Bancários, Moneró, Portuguesa, Cidade Universitária

Pitangueiras

Estrada Governador Chagas Freitas, s/n, Portuguesa

CRAS Nelson Mandela Complexo da Maré e Ramos
(parte)

Rua da Regeneração, no 654 - Bonsucesso

4a CASDH

67

CRAS João Fassarela Cordovil (Cidade Alta), Brás de
Pina e Penha Circular

Rua Flora Lobo. s/n - Penha

CRAS Ramos Complexo do Alemão, Ramos (parte), Bonsucesso e Manguinhos (parte)

Estrada do Itararé, 221 - Bonsucesso

CREAS Stella Maris Estrada dos Maracajás, no 973 - Galeão **CREAS Nelson Carneiro** Rua Professor Lacet, no 57 - Ramos **Centro F**

Saramago Rua Sargento de Milícias, s/no - Pavuna

Central de Recepção de Adultos e Famílias CRAF Tom Jobim

Adultos e Famílias Estrada dos Maracajás, 973 – Ilha do

Governador **Central de Recepção de Idosos Pastor Nelson Portela**

Idosos Estrada dos Maracajás, 973 – Ilha do

Governador **URS Ilha do Governador** Adultos Estrada dos Maracajás, 973 – Ilha do

Governador **URS Ana Carolina** Crianças Rua Professor Lacê, 57 - Ramos **Hotel Profeta Gentileza** Adultos Rua da Regeneração, no 2

Bonsucesso **URS Casa Viva Penha** Adolescentes - feminino Rua Irapuá, no 328 – Penha Circular **Polo Serviço Família Acolhedora (**

Carneiro)

Crianças e Adolescentes Rua Professor Lacê, 57 - Ramos

Unidade de Acolhimento Banco da Providência Comunidade Emaús

Adultos - masculino Avenida das Missões, 18 - Cordovil

Assistência Social Nossa Senhora da Conceição

Pessoa com Deficiência R. Alberto Maranhão, 270 - Jardim

Guanabara **Centro de Atendimento Popular da Leopoldina - CAPL**

Pessoa com Deficiência Av Nossa Senhora da Penha, 365 -

Penha **Casa de Convivência de Idosos Carmem Miranda**

Pessoa com Deficiência Av. Nossa Senhora da Penha, no 42 - 1o

andar

5a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Honório Gurgel, Madureira, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Guadalupe, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Coelho Neto.

A área da 5a CASDH corresponde à parte da AP 3 – RA XV Madureira, XXII Anchieta (exceto o bairro Anchieta), XXV Pavuna (apenas o bairro Coelho Neto). De acordo com o Censo IBGE 2010, trata-se de uma área com 507.644 residentes. A região de Madureira possui um IDS de 0,590, a região de Anchieta de 0,575 e o bairro Coelho Neto de 0,573.

A região da 5a CASDH se caracteriza por ser uma área residencial, populosa, porém de bastante importância para economia da cidade, uma vez que há bairros com enorme variedade de estabelecimentos comerciais, dentre eles Madureira e Cascadura. O território é classificado como rico quando o quesito é cultura. O território é marcado pelos movimentos ao redor da cultura

68

afrodescendente e de distintas expressões musicais, como samba, charme (referência desde os anos

O bairro de maior expressão e mais popular do t
Madureira,

90), hip hop, black music, jongo e funk, que são patrimônios culturais para toda a cidade e
sendo conhecido como “Capital do Subúrbio”, “Coração
que

É um

influenciam na gastronomia, estilo de vida e
moda.

bairro de localização central, que conta com variedade c

acesso

qualidade e eficácia.

aos bairros do entorno e da cidade do Rio de Janeiro como centro
centro

O território de abrangência tem 70 comunidades
tange

comercial do município – Mercado de Madureira, de grande visibilidade Social, tratando-se de pobreza
composto

públicos de

por pessoas de diversas etnias, a presença e cultura também
também

qualidade bem marcante na região, há

muitos imigrantes e descendentes de europeus.

As comunidades do Cajueiro, Complexo da Serra
José da

Nos últimos anos, com a construção do Parque de Madureira, não só o bairro em
destaque

Pedra), Fubá, Muquiço, Faz Quem Quer, Jorge Turco, P

ganhou notoriedade e opções de lazer, esporte e cultura
tinham

Primavera, respectivamente localizados em Madureira, P

pouca opção, como Rocha Miranda, Honório Gurgel
com sua

possuem também os bairros que antes

expansão.

maior visibilidade por sua extensão e por suas fragilidades

O desenvolvimento e o investimento devem não há
não há

os Guadalupe, pois foram beneficiados
confrontos entre policiais e traficantes nas comunidades
a

como não destacar que o desenvolvimento veio a
características da

seu reconhecimento, que começa desde a sua
básico, a

sociedade. Desta forma, o território não é só alvo de elogios
riqueza e pelo lado cultural reconhecido mundo à fora. Mas também é marcado por
contrastes, um

possibilidade de áreas segregadas dos
moradores.

reflexo de altíssima desigualdade existente. No tocante à execução da Política de Assistência
Social

A consideração de sua situação é também expressa
entre

permanece o desafio de ampliar a cobertura sócio-terceiros, gestão política pública
de

essa população é significativo o quantitativo que faz uso
psicoativa.

Madureira, Cascadura e Marechal Hermes são os bairro

Crianças e Adolescentes Rua Carvalho de Souza, no 274 -

Madureira **Centro Carioca de Assistência em Reabilitação e Profissionalização - CCARP**

Pessoa com Deficiência R. Cerqueira Daltro, 287 - Cascadura

Centro de Reabilitação São José Pessoa com Deficiência R Manacéas, 30 - Madureira **Centro Educacional Nosso Mundo - CENOM**

Deficiência R. João Barbalho, 193 - Quintino

Bocaiuva **UNIR - União para Reintegração e Realização** Pessoa com Deficiência Rua das Turmalinas, 6 loja D e sblj 2

Rocha Miranda **Casa da Mulher Carioca Tia Doca** Mulheres R. Júlio Fragoso, 47 - Madureira

6a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Colégio, Irajá, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Cosmos, Vista Alegre, Anchieta, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Parque Columbia, Pavuna.

5a CASDH

A área da 6a CASDH corresponde à parte da AP 3 – RA XIV Irajá, XXII Anchieta (apenas o bairro Anchieta), XXV Pavuna (exceto bairro Coelho Neto). De acordo com o Censo IBGE 2010, trata-se de uma área com 434.994 residentes. O território de abrangência da 6a CASDH é composto por 12 bairros, que, embora não representem grande extensão territorial, apresentam grande densidade demográfica. Alguns índices sinalizam profundas desigualdades sociais, como: o IDS, variando entre 0.658 no bairro da Vila da Penha e 0.526 no bairro de Acari. A RA da Pavuna apresenta altas taxas de mortalidade materna, população vivendo em favelas não urbanizadas, homicídios, abandono escolar, gravidez na adolescência, entre outros fatores que indicam grande vulnerabilidade social da população.

Com base na distribuição etária do Censo IBGE 2010, alguns pontos relevantes caracterizam o território, como a redução do público adolescente na faixa etária de 15 a 19 anos e a tendência à concentração populacional de crianças, adolescentes e jovens, superior ou próxima ao quantitativo de adultos e idosos, além da prevalência de mulheres dentre os residentes nos bairros.

A análise preliminar das demandas elencadas pelos usuários dos serviços da área identifica diversas lacunas, dentre estas destacam-se pessoas em situação de desemprego, com pouca ou nenhuma renda, adolescentes, jovens e adultos com necessidade de qualificação para o mercado de trabalho, pessoas sem acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer, pessoas sem acesso à atenção básica de saúde, elevado número de moradias precárias e/ou localizadas em área de risco.

As comunidades oficiais (reconhecidas pelo IBGE) mantiveram suas extensões territoriais ao

longo da última década, porém observa-se um acelerado surgimento de novas comunidades, incluindo áreas onde ocorreram desapropriações e incremento da Política Municipal de Habitação nos bairros de Barros Filho, Costa Barros, Acari e Pavuna. Citamos como exemplo as novas comunidades informalmente conhecidas como "Obrigado Meu Deus", na Pavuna e "Terra Nova", em Barros Filho, além da permanência de muitas comunidades onde identifica-se extrema vulnerabilidade, para além da pobreza e violência, como nos casos da Linha Verde e Parmalat, em Acari, Conjunto Habitacional Haroldo de Andrade, em Barros Filho, Complexo do Juramento em Vicente de Carvalho, entre outros.

71

Quanto ao trabalho em rede realizado no território, conta-se, em grande parte, com as unidades das políticas públicas intersetoriais de saúde e educação. Identifica-se um número muito reduzido de instituições não governamentais que executam atividade na região, as presentes, em sua maioria, não possuem inscrição no CMAS/RJ ou em outros conselhos, fato que se torna um desafio para que se busquem estratégias para qualificar e instrumentalizar o trabalho destas instituições.

6a CASDH

Equipamento Abrangência/Público Endereço 6a CASDH Rua Capitão Aliatar Martins, 211 - Irajá **CRAS Acari** Parque Columbia, Acari, Barros Filho, Pavuna (parte)

Rua Guaiuba, 150 - Acari

CRAS Francisco Sales Mesquita Pavuna (parte), Costa Barros e Anchieta

Rua Mercúrio, 430 - Pavuna

CRAS Rubens Correia Ricardo de Albuquerque, Anchieta (parte), parque Anchieta, Mariópolis, Guadalupe e Marechal Hermes
Rua Capitão Aliatar Martins, no 211 - Irajá

CREAS Wanda Engels Aduan Rua Pedro Borges Freitas, no 114 - Irajá **CREAS João Helio Fernandes Vieites** Rua Ouseley, 421 - Coelho Neto
do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (CREAS João Helio Fernandes Vieites)

Crianças e Adolescentes Rua Ouseley, 421 - Coelho Neto

Sociedade Beneficente Anchieta - SBA Pessoa com Deficiência Av. Nazaré, 2336 - Anchieta

7a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

72

Bairros: Anil, Curicica, Freguesia Jacarepaguá, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara, Vila Valqueire, Barra Da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio Dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Cidade De Deus.

A área da 7a CASDH corresponde à AP 4 – RA XVI Jacarepaguá, XXIV Barra da Tijuca e XXXIV Cidade de Deus. Tem aproximadamente 300 Km² de extensão, configurando-se na segunda maior área programática da cidade. Apresenta-se como uma área marcada por grandes complexidades na medida em que se pode constatar um acentuado quadro de desigualdade social no que se refere à distribuição de renda entre os bairros da Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Jacarepaguá.

De acordo com o Censo IBGE 2010, trata-se de uma área com 909.368 residentes. A AP 4 possui IDS de 0,624, porém apresenta grande diferença entre suas regiões. Com um menor índice, o bairro da Cidade de Deus apresenta IDS de 0,559, enquanto a Barra da Tijuca apresenta IDS de 0,770, e está entre os 5 bairros da cidade de maior IDS. Por outro lado, o bairro Grumari, por suas características pouco urbanas, aparece com o menor índice de todos os bairros da Cidade (0,282).

A Cidade de Deus é a área mais vulnerável e com o maior número de famílias inscritas e beneficiárias dos programas de transferência de renda do território. Em 2009 houve a pacificação da comunidade, com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que facilitou a entrada das equipes em áreas até então inacessíveis. Entretanto, com o acirramento da violência a partir do ano de 2016, constata-se um retrocesso nesse quadro. Ademais, sub-comunidades dentro da Cidade de Deus, são áreas de vulnerabilidade extrema no que tange ao saneamento básico, habitação, segurança e todos os demais indicadores.

A construção do corredor de ônibus expressos, os BRT's, nos bairros da Barra da Tijuca e Recreio, facilitou o deslocamento da população mais vulnerável de outros territórios, como Paciência e Santa Cruz, para o acesso à renda. Identifica-se, entretanto, um quantitativo expressivo de mães com crianças (exploração infantil) e adolescentes nos sinais e próximo ao comércio.

Nos bairros da Praça Seca e Covanca, houve um acirramento da situação de violência urbana, pois a área é marcada pelo intenso confronto entre tráfico e milícias. Com isso, o acesso aos serviços vem sendo dificultado. No Rio das Pedras identifica-se vulnerabilidade extrema, no que tange ao saneamento básico, coleta de lixo, habitação e segurança (milícia). A localidade tem pontos de alagamentos constantes em virtude de chuvas, aumentando as intervenções em função de risco junto à Defesa Civil.

Em toda a extensão da 7a. CASDH houve aumento da população em situação de rua, principalmente no corredor dos BRTs, nas praças e em frente a pontos comerciais.

73

O trabalho em rede acontece de forma satisfatória entre os órgãos governamentais e não governamentais, com reuniões sistemáticas e com a participação dos membros da Comissão Local do CMAS/RJ.

Equipamento Abrangência/Público Endereço 7a CASDH Av. Ayrton Senna, 2001, Bl 2, Sl 44 CRAS Cidadania Rio das Pedras Anil

Gardênia
Azul e Rio das Pedras
Rua Nova, no 20 B – Rio das Pedras
CRAS Elis Regina Cidade de Deus, Av. Ayrton
Senna e Barra da Tijuca

Av Edgard Werneck, no 1565 – Cidade de Deus **CRAS Gonzaguinha** Vila Valqueira

Tanque, Freguesia e Pechincha

Praça Barão da Taquara, no 9 - Praça Seca **CRAS Machado de Assis** Taquara, C

Tanque (parte), Jordão

Estrada Rodrigues Caldas, 3400 - Colônia **CRAS Zumbi dos Palmares** Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Curupira, Bandeirantes, Grumari

Estrada dos Bandeirantes, no 11.227 - Vargem Pequena

CREAS Daniela Perez Rua Nacional, 275 - Taquara **URS Cely Campello** Adolescentes – Masculino Rua Nacional, 470 - Taquara **URS Vieira** Famílias Estrada do Rio Grande, no 2561 -

Taquara **URS Maria Vieira Bazani** Idosos Rua Teotônio Vilela, s/n - Recreio dos

Bandeirantes **Polo do Serviço em Família Acolhedora (CREAS Daniela Perez)**

Crianças e Adolescentes Rua Nacional, 275 - Taquara

Obra Social Dona Meca Pessoa com Deficiência Rua Gazeta da Noite, 302 - Taquara **Lar Maria de Lourdes** Crianças e Adolescentes José Bevilacqua, 315 -

Taquara **Casa de Balthazar (Acolhimento)** Crianças Rua Gazeta da Tarde, 55 - Taquara **Obra Social Dona Meca (Acolhimento)** Cri

Adolescentes Rua Gazeta da Noite, 27 - Taquara **Associação Solidários Amigos de Betânia - ASAB Loreto**

Adultos Rua Nossa Senhora da Pena, 100 -

Freguesia **Convidativa – Instituto Socioassistencial e Cultural para Questão da Cidadania**

Adultos Estrada da Ligação, 980 - Taquara

Lar Maria de Lourdes Adultos Rua Pajurá, 256 - Taquara

7a CASDH

74

Sodalício da Sacra Família - Lar das Velhinhas Cegas

Idosos Estrada do Rio Grande, no 2116 -

Taquara **Lar Pedro Richard** Idosos Rua Comandante Simeão, 200 -

Jacarepaguá

8a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Bangu, Geracino, Padre Miguel, Senador Camará, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar e Vila Kennedy.

A área da 8a CASDH corresponde à parte da AP 5 – RA XVII Bangu e XXXIII Realengo. De acordo com o Censo IBGE 2010, trata-se de uma área com 671.041 residentes, cujos maiores IDS são dos bairros Campos dos Afonsos (0,701) e Jardim Sulacap (0,641). Os outros bairros apresentam índices entre 0,545 e 0,583. Dentre a rede de equipamentos públicos, destacam-se escolas federais, Vilas Olímpicas, Lonas Culturais e Teatros.

Quanto às localidades que apresentam altos índices de vulnerabilidade destacamos comunidades como Cavalo de Aço, Morro do Céu, Coreia, Rebu, Sapo, Selva de Pedra, em Senador Camará; Vila Aliança, Mangueiral, Nova Aliança, em Bangu; e Caixa D'Água, Metral e Quafá, na Vila Kennedy, principalmente pela questão do tráfico de drogas e violência urbana.

A relação de rede territorial é facilitada pelo Projeto Divulgação, que ocorre em reuniões bimestrais, apesar de haver muitas instituições na área, são poucos os participantes do projeto que ocupam espaços de tomada de decisão nas respectivas instituições.

75

8a CASDH

76

Equipamento Abrangência/Público Endereço 8a CASDH Rua Santa Cecília, no 984 - 2o andar -

Bangu **CRAS Deputada Heloneida Studart** Bangu (parte) e Senador

Camará

Rua Rangel Pestana, no 510 - Bangu

CRAS Maria Thereza Freire Moura Realengo, padre Miguel e

Bangu (parte)

Rua Silva Cardoso, no 967 – Bangu

CRAS Olímpia Esteves Padre Miguel, Realengo, Vila

Kennedy e Gericinó

Rua Santa Cecília, no 984

CRAS Oswaldo Antonio Ferreira Magalhães Bastos, Jardim Sulacap, Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos

Rua Dona Olímpia, no 220 - Realengo

CRAS Vila Moretti Padre Miguel, Bangu e Senador

Camará

Rua Professor Plínio Olinto, Travessa Esperança - Bangu **CREAS Professora Aldaiza Sposati** Rua Professor Carlos

211 - Realengo **URS Professora Nilda Ney** Idosos Rua Senador Joaquim Pires, no 115 -

Bangu **URS Dina Sfat** Idosos Rua Três Marias, s/n - Bangu **URS Realengo** Adultos – masculino Rua Professor Carlos Wenceslau, no

211 - Realengo **URS Bangu** Adolescentes – masculino Rua Abelardo Bittencourt no 181 -

Bangu **URS Casa Viva Bangu** Adolescentes – masculino Rua Cônego de Vasconcelos - Bangu **Ação Social Paróquia Nossa Senhora**

Crianças Rua Nova Guiné, 57 – Senador Camará **Associação Obra de Assistência Social de Bangu**

Crianças e Adolescentes Rua Silva Cardoso, 346 - Bangu

Amanhecer Amparo à Infância Crianças Rua Albino de Paiva, 466 - Senador

Camará **Lar do Ancião Nova Galiléia** Idosos Estrada do Taquaral, 2500 – Senador

Camará **Associação Beneficente Araujo Cid - ABAC** Pessoa com Deficiência R. Jacinto Alcides, 324 - Bangu **Centro Educacional**

Pessoa com Deficiência R. Barão de Capanema, 30 - Bangu **Instituto de Pesquisa e Promoção da Saúde - IPPS**

Pessoa com Deficiência Avenida Santa Cruz, 1631 - Realengo

Lar Daniel Cristóvão Pessoa com Deficiência R. Augusto Malta, 157 - Jardim Sulacap

Casa da Mulher Carioca Dinah Coutinho Mulheres R. Limites, 1349 - Realengo

9a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos

A área da 9a CASDH corresponde à parte da AP 5 – RA XVIII Campo Grande, com um quantitativo de 542.084 residentes, de acordo com o Censo 2010, e IDS de 0,562. É uma área com grande extensão territorial o que representa a dificuldade de muitas famílias de bairros distantes em acessar serviços públicos. Na área da 9a CASDH há apenas dois equipamentos públicos culturais, a Lona Cultural Elza Osborne e Teatro Arthur Azevedo, além de alguns espaços de lazer como o Centro Esportivo Miécimo da Silva e a pista de Skate, o West e Park Shopping. De maneira geral, verifica-se a existência de poucas instituições da sociedade civil organizada e um movimento relevante de iniciativas particulares de pessoas vinculadas a lideranças comunitárias ou às poucas instituições existentes.

A linha férrea é muito significativa na região, e representa a facilidade de acesso de significativa parcela da população. A região central do bairro de Campo Grande, onde justamente se localiza a estação do trem, a rodoviária e o principal comércio, é referência de locomoção para os sub-bairros e comunidades.

Em relação ao território e à população, a diversidade da condição social é muito grande. Há áreas totalmente urbanizadas, com comércio e infraestrutura urbana e locais onde não há estrutura urbana alguma. Apesar do fluxo migratório e conseqüente crescimento demográfico, não ocorreram investimentos públicos no sentido de ampliação das obras de urbanização e implantação de equipamentos das políticas públicas suficientes para atendimento às necessidades da população.

Em algumas comunidades há características totalmente rurais, onde não há possibilidade de acesso com meio de transporte público, e às vezes não é possível nem mesmo com transporte motorizado. Em algumas, não há rede de energia elétrica ou telefone. Há comunidades Quilombolas que estão a cerca de duas horas de caminhada do "ponto de ônibus" mais próximo, em sua maioria estão localizadas no Parque Estadual da Pedra Branca e com famílias de extrema vulnerabilidade social. Várias dessas famílias trabalham e se sustentam através da agricultura e criação de animais.

Os bairros de Inhoáiba e Cosmos têm sua formação nos anos 70, a partir do loteamento das fazendas de cultivo de café e laranja, o que trouxe à região, até então essencialmente rural, traços de urbanização. No entanto, as construções relativas aos grandes loteamentos não agregaram de fato as obras estruturais necessárias para garantir aos dois territórios saneamento básico para todos, o que contribui para que ainda se mantenham elementos caracteristicamente rurais.

77

Há também grandes comunidades que se originaram em invasões ou loteamentos irregulares. Algumas já foram beneficiadas com programas habitacionais e outras aguardam as melhorias urbanas. A partir do ano 2000, com os investimentos do Governo Federal em programas habitacionais populares em parceria com grandes construtoras e com programa Minha Casa, Minha Vida, verifica-se o aumento da densidade populacional no território, com concentração de famílias com familiar que varia de R\$ 0,00 (em sua maioria beneficiárias) e outras aguardam as melhorias (aproximadamente 02 salários-mínimos e meio), inclusive territórios da cidade, originárias de desapropriações e reassentamentos. Entre os assentamentos irregulares, observa-se à

violência associada à extrema pobreza, bem como falta de serviços públicos e atuação de grupo de milícias, além de dificuldade de mobilidade urbana, falta de transporte, na área rural interior do Parque da Pedra Branca.

Nos últimos anos houve um aumento significativo na situação de pobreza em áreas periféricas e concentradas na Rodovia Grande.

Uma importante demanda é a necessidade de pelo menos mais um CRAS para o território

de abrangência da 9a CASDH, que ajude a dar conta de uma demanda reprimida que mantém o

território em situação de grave risco e vulnerabilidade social, que dificulta a superação da pobreza extrema, pois o território é composto por uma concentração de bairros com os IDHs mais baixos da cidade.

9a CASDH
78

Equipamento Abrangência/Público Endereço

9a CASDH Praça José Euzébio, s/no - Campo Grande

CRAS Aluno Marcelo Cardoso Tomé Campo Grande e Santíssimo Rua do Rádio, Praça José Euzébio, s/no - Campo Grande
CRAS Luisa Mahim Cosmos e Inhoaíba Rua Campo Grande, 3058 - Inhoaíba
CRAS Cecília Meireles Campo Grande e Vasconcelos, s/no

Rua Viúva Dantas, 695 - Campo Grande

CREAS Zilda Arns Neumann Rua Candido Magalhães, 88 – Campo Grande

Polo de Serviço Família Acolhedora (CREAS Zilda Arns Neumann)

Crianças e Adolescentes Rua Candido Magalhães, 88 – Campo Grande

A Minha Casa - Associação Civil de Amparo ao Menor

Crianças Estrada do Moinho, 135 – Campo Grande

Associação Solidários de Betânia - ASAB Adultos Rua Dormund Martins, 17 - Santíssimo
Associação Cristã Espírita Benedito Otávio

Idosos Praça Taquarana, 65 - Cosmos

Centro de Atendimento a Pacientes Especiais - CAPE

Pessoa com Deficiência Rua Olinda Ellis, 36 - Campo Grande

Casa de Convivência de Idosos de Santíssimo Idosos Rua Dr. Clemente Marques, no 31 - Santíssimo

10a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Bairros: Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba.

A área da 10a CASDH corresponde à parte da AP 5 – RA XIX Santa Cruz e XXVI Guaratiba, com um quantitativo de 491.648 residentes, de acordo com o Censo 2010. Guaratiba é a RA com o menor IDS de todo o Município (0,493), seguido da RA de Santa Cruz (0,528). Cabe ressaltar que a RA de Guaratiba é a de menor densidade demográfica da cidade, com 809 hab./Km²

O território da 10a CASDH é marcado por grande índice de vulnerabilidade social, o que contraria os dados do Censo IBGE 2010, o qual situa alguns de nossos bairros com IDHM alto e médio.

Houve uma perda de características rurais com a construção acelerada de muitos condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida, gerando pressões para oferta e melhoria nas políticas de saneamento básico, transporte, saúde, educação e assistência social. O território também é caracterizado por uma situação de aumento de violência, com áreas comandadas pelo tráfico e milícia, inclusive com a atuação nos novos empreendimentos residenciais, o que se agrava com a falta de serviços e segurança pública.

Em relação à Guaratiba, cabe destacar as questões da estrutura fundiária na região, a partir do aumento dos grandes loteamentos. Salienta-se que a região de Guaratiba está formada por

79

planícies aluviais (várzea com riscos de alagamentos) que, ocasionalmente, em períodos de fortes chuvas, trazem grandes prejuízos e transtornos à população local, como no Jardim Maravilha.

Dentre as áreas mais vulneráveis destacam-se Jardim Maravilha e Itapuça, em Guaratiba; Vila Paciência, Morada 2001, Rolas e Antares, em Santa Cruz e Paciência, e ainda Manguariba e Jesuítas, às margens da Avenida Brasil. As principais vulnerabilidades consistem em falta de saneamento básico, número insuficiente de vagas em creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil, bem como a violência.

Aspectos culturais deste território são apresentados por sua própria história na contribuição do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente há pouco investimento em espaços culturais que possam atender à comunidade em suas diversas expressões e manifestações artísticas.

Destaca-se como característica positiva do território as articulações estabelecidas entre a saúde, educação e assistência social. No que se refere à saúde, 98% do território é coberto por atendimento primário, o que facilita as ações. Os desafios têm relação com a rede socioassistencial privada, que apresenta inúmeras instituições que não são regulamentadas junto aos conselhos de direitos nem possuem os documentos necessários para sua formalização. Os constantes conflitos armados nos territórios, entre os diversos poderes paralelos existentes, configuram-se como outro grave obstáculo.

10a CASDH

80